



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L - Nº 30

SÁBADO, 25 DE FEVEREIRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894**, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL E PROVISÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado LUCIANO DE CASTRO.	0006, 0016.
Deputado MARCELO DEDA	0001, 0003, 0005, 0008, 0018, 0019.
Deputado MIRO TEIXEIRA	0017.
Deputado PHILEMON RODRIGUES	0002, 0004, 0007, 0009, 0010, 0011, 0012, 0013, 0014, 0015.

EXPEDIENTE
Senado Federal**ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS**
Diretor-Geral do Senado Federal**RAIMUNDO CARREIRO DA SILVA**
Secretário-Geral da Mesa**AGACIEL DA SILVA MAIA**
Diretor Executivo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

MP 00894

EMENDA SUPRESSIVA

00001

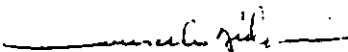
A Medida Provisória nº 894, de 16 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

Suprima-se o parágrafo único do artigo 5º da Medida Provisória nº 894, de 16 de fevereiro de 1995:

JUSTIFICAÇÃO:

O parágrafo em tela exclui a aplicação da cominação de revelia e confissão à União, nas causas de natureza trabalhista. Trata-se da instituição de privilégio processual injustificado, que tem como objetivo tornar a União isenta dos ônus de sua omissão. A interrupção dos prazos processuais a seu favor, operada pelas Medidas Provisórias 316, 321, 325, 330 e reedições não foi, percebe-se, suficiente para permitir que a União viesse a ser representada a contento em juízo. A instituição de novos mecanismos que venham a favorecer unilateralmente a União em juízo, especialmente nas causas trabalhistas, revela-se, assim, contrária ao interesse do trabalhador e cerceadora do seu *jus postulandi*, merecendo, portanto, a nossa rejeição.

Sala das sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado MARCELO DEDA

PT/SE

MP 00894

00002

22 / 02 / 95

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894/95

DEP. PHILEMON RODRIGUES

1/1

1 ☐ - INICIAL 2 ☒ - SUBSTITUTIVO 3 ☐ - AMENDAMENTO 4 ☐ - ADIÇÃO 5 ☐ - REFORMA DE FUNDAMENTO

1/1

50

Único

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, de 19 de Janeiro de 1995

Dá-se ao art. 5º e ao seu parágrafo único a seguinte redação:

Art. 5º - Nas audiências de reclamações trabalhistas em que a União, suas Autarquias e Fundações Públicas, sejam parte, será obrigatório, o comparecimento de preposto que tenha completo conhecimento do fato objeto da reclamação o qual na ausência do representante judicial da União, Autarquia ou Fundação Pública entregará a contestação assinada pelo mesmo.

Parágrafo Único - Não se aplicam à União suas Autarquias e Fundações Públicas, as cominações de revelia e de confissão (CLT, art. 844).

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória, previa tais prerrogativas apenas em relação à União.

Entretanto cerca de 80% das ações judiciais de interesse da União estão propostas contra suas Autarquias e Fundações Públicas.

Julgadas contra tais entidades, despesas de condenação serão suportadas pelo tesouro, pelo que, na defesa do erário, impõe-se estender transperrogativas as Autarquia e Fundações Públicas.

Brasília,

MP 00894

00003

EMENDA SUPRESSIVA

À Medida Provisória nº 894, de 16 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

Suprima-se o artigo 6º da Medida Provisória nº 894, de 16 de fevereiro

JUSTIFICACÃO

Da mesma forma que o parágrafo único do artigo 5º, o artigo 6º procura instituir privilégio processual à União, ao tornar obrigatória a intimação pessoal do membro da AGU. Embora dispositivo idêntico seja válido para o Ministério Público (artigo 236, § 2º do Código de Processo Civil), não nos parece justificável a sua extensão generica aos membros da Advocacia-Geral da União, até porque as missões institucionais dos dois órgãos não se confundem. Propomos, portanto, a supressão do dispositivo.

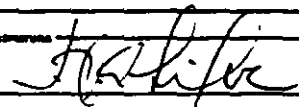
Sala das sessões, em 21 de fevereiro de 1995


Deputado MARCELO DE DA

PT/SE

MP00894

00004

DATA 22 / 02 / 95	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894/95				
AUTOR DEP. PHILEMON RODRIGUES				Nº PARÁGRAFO 1/1	
1 <input type="checkbox"/> - SUPLENÇA 2 <input checked="" type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GERAL					
NÚMERO 1/1	ARTIGO 6º	PARÁGRAFO Único	MATERIA		ASSINATURA
TÍTULO EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, de 19 de janeiro de 1995 Dê-se ao artigo 6º e ao seu parágrafo único, a seguinte redação: "Art. 6º - A intimação de membro da Advocacia Geral da União, e dos seus órgãos Vinculados, em qualquer caso, será feita pessoalmente. Parágrafo Único - O disposto neste artigo se aplica aos representantes Judiciais da União designados na forma da lei." JUSTIFICACÃO A aprovação da presente emenda se faz necessária, porquanto são os integrantes dos departamentos jurídicos dos Órgãos Vinculados os responsáveis pela defesa de 80% (oitenta por cento) das ações de interesse da União, tarefa cada dia mais difícil em virtude do considerável aumento de processos judiciais e da expressiva diminuição de seus quadros ao longo dos últimos anos, além de ser medida de vital importância para a defesa do Erário. Brasília,					
ASSINATURA 					

MP00894

00005

EMENDA MODIFICATIVA

À Medida Provisória nº 894, de 16 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

Dê-se ao artigo 17 a seguinte redação:

"Art. 17. Até que seja implantado o quadro de cargos efetivos da Advocacia-Geral da União, os servidores requisitados na forma do artigo 47 da Lei Complementar nº 73, de 1993, farão jus à Gratificação de Representação de que trata o artigo 20 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1992, com as alterações decorrentes do disposto no artigo 13 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992.

§ 1º. A Gratificação de que trata o "caput", compatível com as demais vantagens específicas atribuídas ao cargo efetivo detido por servidor em exercício na Instituição, não se incorpora ao vencimento ou soldo, nem aos proventos de aposentadoria ou pensão, bem assim não integra a base de cálculo de quaisquer outros benefícios ou vantagens.

§ 2º. Em nenhuma hipótese a Gratificação referida neste artigo será paga aos que sejam titulares de cargo ou função de confiança ou de gratificação de representação devida em virtude de outro ato autorizativo.

§ 3º. O Advogado-Geral da União, observado o disposto no parágrafo anterior, poderá deferir a vantagem de que trata este artigo aos representantes judiciais da União, designados na forma do artigo 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

§ 4º. Ao Advogado-Geral da União caberá disciplinar a concessão da vantagem objeto deste artigo, segundo as atribuições de cada beneficiário e observados os níveis constantes do Anexo VI da Lei nº 8.460, de 1992.

§ 5º. Os quantitativos de Gratificações a serem concedidos em decorrência do disposto neste artigo serão fixados em ato do Presidente da República, ouvida a Secretaria da Administração Federal."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original proposta pela Medida Provisória nº 562/94 (da qual a presente é reedição) tem dois inconvenientes: 1º) cria mais um tipo de gratificação pelo exercício de função específica, a par das Funções Gratificadas, das Gratificações de Representação devidas pelo exercício nas Secretarias da Presidência e das Gratificações de Representação de Gabinete devidas pelo exercício nos órgãos essenciais da Presidência da República; 2º) por ter valores que podem ser equivalentes aos de um cargo em comissão, gera a possibilidade de um servidor que a receba ser melhor remunerado do que se estivesse investido num cargo em comissão, provocando desmotivação e desinteresse pelos encargos de chefia. Entendemos, assim, como solução mais adequada que seja concedida gratificação de representação idêntica à deferida pelo exercício nos órgãos essenciais da Presidência, para que se evite a proliferação de vantagens diferenciadas e a quebra da hierarquia. Entendemos, contudo, que oportunamente esta Gratificação poderá vir a ser tornada permanente, ou estendida aos Advogados da União, como já ocorre hoje com os demais órgãos da Presidência que têm quadros próprios e mesmo assim deferem vantagens especiais a seus servidores, em caráter permanente.

Sala das sessões, em 21 de fevereiro de 1995


Deputado MARCELO DEDA

PT/SE

DATA 21/02/95	PROPOSIÇÃO EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 16 DE fevereiro
AUTOR LUCIANO DE CASTRO	Nº PROPOSTA 1051
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GLOBAL	
PÁGINA 01	ARTIGO 19
PARÁGRAFO 19 a 49	INCIS I e II

MP 00894

00006

Dê-se ao art. 19 a seguinte redação, e suprimam-se seus itens (I e II) e parágrafos (1º, 2º, 3º e 4º), da Medida Provisória nº

"Art. 19. São transpostos, para as carreiras da Advocacia-Geral da União, os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral e Procurador da Fazenda Nacional, e os de Assistente Jurídico da Administração Federal direta, com os seus respectivos titulares, inclusive os cargos vagos, observada a correlação estabelecida no Anexo IV."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva evitar discriminação esboçada no art. 19, Inciso I, da MPv nº 894, afastando, dessa forma, flagrante injustiça ensejadora de possíveis medidas na órbita do Judiciário.

2. A proposta acima não viola os arts. 37, inciso II e 48, inciso X, da atual Carta Magna, pretendendo, todavia, apenas abrigar, na transposição, os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral e Procurador da Fazenda Nacional, e os de Assistente Jurídico, onde estes foram providos antes e depois da atual Lei Maior em virtude de lei específica.

3. Frisa-se, por oportuno, que o Concurso Público sempre foi exigido pelas Constituições da República Federativa do Brasil (1946, 1967, EC nº 1/69 e 1988), no entanto, é sabido por todos que antes da Carta de 1988, houve na Administração Federal investiduras sem o devido Concurso Interno ou Externo, inclusive nas carreiras objeto da presente transposição.

4. O eminente Juiz Paulo Ribeiro do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, relator do Mandado de Segurança nº 93.01.05278-8 (DJ de 23/03/93), ao deferir a liminar pleiteada pela impetrante União Federal, entendeu "que as leis que previam provimento de cargos, mediante ascensão funcional, transferência e aproveitamento, somente tornaram-se inaplicáveis a partir da publicação da ADIN nº 837-4-DF, 17 de fevereiro de 1993, nos termos do julgado". Assim, os atos de ascensão funcional praticados até a publicação da citada ADIN (DJ 17/02/93) são legítimos, porque alicerçados na legislação vigente, que, só na data supra foi suspensa a eficácia do item III do art. 8º da Lei nº 8.112/90, com efeito ex nunc (de agora em diante, para o futuro).

Assim, não há razão plausível para a patente discriminação ora declinada na supramencionada MPv, contrariando, portanto, a Lei Complementar nº 73/93 (arts. 2º, § 5º; 20, incisos I e II; e 69), onde esta, hierarquicamente superior, não fez qualquer distinção referente à investidura nas carreiras em comento. Sendo, por conseguinte, inconstitucionais os itens e parágrafos do art. 19 em questão por ferirem o disposto no art. 5º, caput, e incisos XIII e XXXVI, da CF.

Assinatura
Dep. Luciano Castro

MP 00894

00007

DATA 22/02/95	PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894/95
AUTOR DEP. PHILIPON RODRIGUES	Nº PROPOSTA 1/4

1 <input type="checkbox"/> - SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTO 3 <input checked="" type="checkbox"/> - COMISSÃO 4 <input type="checkbox"/> - NOTA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTO GERAL				
DATA	ANEXO	PARÁGRAFO	PÁGINA	DE
	19			

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894 de 19 de janeiro de 1995

Dê-se ao artigo 19 e seus parágrafos a seguinte redação:

Art. 19 - São distribuídos para as carreiras da Advocacia-Geral da União os atuais cargos efetivos de subprocurador-geral da Fazenda Nacional e procurador da Fazenda Nacional, os de assistente jurídico da Administração Federal direta e, para as carreiras dos Órgãos Vinculados da mesma Instituição, os cargos efetivos de procurador autárquico, procurador, advogado e assistente jurídico, estes últimos da Administração Federal indireta, os quais:

I - tenha titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias, anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a essa data, tenham decorrido da aprovação em concurso público, ou da incidência do § 3º do art. 41 da Constituição ou do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - estejam vagos;

§ 1º - Nas hipóteses previstas no inciso I, a distribuição objeto deste artigo abrange os cargos e seus titulares.

§ 2º - A distribuição deve observar a correlação estabelecida no Anexo IV

§ 3º - À Advocacia-Geral da União incumbe examinar, caso a caso, a licitude da investidura nos cargos aos quais alude este artigo.

§ 4º - Verificada a ocorrência de investidura ilegítima, ao Advogado-Geral da União compete adotar, ou propor, as providências cabíveis.

ANEXO IV

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU

- Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional	- Procurador da Fazenda Nacional de Cat. Especial
- Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria	- Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria
- Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria	- Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria
- Assistente Jurídico Classe A	- Assistente Jurídico de Categoria Especial
- Assistente Jurídico Classe B	- Assistente Jurídico de 1ª Categoria
- Assistente Jurídico Classe C e D	- Assistente Jurídico de 2ª Categoria
- Procurador Autárquico, Procurador, Advogado e Assistente Jurídico Classe A	- Procurador Categoria Especial
- Procurador Autárquico, Procurador, Advogado e Assistente Jurídico Classe B	- Procurador 1ª Categoria
- Procurador Autárquico, Procurador, Advogado e Assistente Jurídico Classe C e D	- Procurador 2ª Categoria

JUSTIFICAÇÃO

O texto original da MP 894/95, cuida de efetuar a transposição de dois cargos efetivos previsto no Título III da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993: Omite no entanto, os cargos efetivos dos órgãos Vinculados, previstos na Composição da AGU - mesma Lei Complementar - § 3º do Art. 2º e Arts. 17 e 18.

Por se tratar de regulamentação, a omissão é extremamente injusta e discriminatória, a saber:

I - Tanto os Procuradores e Assistentes de Administração direta como indireta estão contemplados, em situação de igualdade, na Advocacia-Geral da União, ex vi do art. 131 da Constituição Federal, que reza:-

Art. 131 - Advocacia-Geral da União é a instituição que diretamente ou através de Órgão Vinculado... (grifo nosso). E quem integra os Órgãos Vinculados em cargos efetivos, são os atuais Procuradores Autárquicos, Procuradores Advogados e Assistentes Jurídicos das Autarquias e Fundações Públicas Federais.

São eles membros efetivos das Procuradorias e Departamentos Jurídicos das Autarquias Federais e das Universidades Fundacionais Públicas (art. 29 do ADO).

II - Os cargos efetivos desses Órgãos Vinculados, na mesma situação de igualdade com a administração direta, integravam o antigo Serviço jurídico da União e a ex-Advocacia Consultiva da União, que deu origem à atual Advocacia-Geral da União.

III - Tanto os Assistentes jurídicos da União como os Procuradores das Autarquias e Fundações permanecem no mesmo quadro funcional, com idênticos vencimentos e vantagens, constando do mesmo plano de cargos e salários, além de habilitados no mesmo tipo de Concurso Público.

IV - A importância dos Advogados Autárquicos e Fundacionais, no contexto da nova Advocacia-Geral da União, é inequívoca, por atuarem em cerca de 80% (oitenta por cento) das causas de interesse da mesma e serem os únicos a deter o procuratário automático em todas as instâncias judiciais.

V - Não teria sentido portanto, regulamentar pela metade os cargos dos Órgãos previstos na Carta Magna e na Lei Complementar, mais ainda depois que se implementou a isonomia constitucional consubstanciada na Lei Delegada nº 13/92 e na Lei nº 8.460/92. Não há na espécie, aumento de despesa, evitando-se, com esta Emenda, desigualdades flagrantes e o caminho nem sempre desejável da via judicial reparadora.

VI - Substituiu-se, no texto original da MP, a expressão "são transpostos para as carreiras...", por "são distribuídos para as carreiras..." - eis que a transposição de cargos veio a ser recentemente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Não é este o caso dos integrantes da AGU, mas o termo empregado poderia dar margem a equivocada interpretação do artigo.

Por último, incluiu-se, no tocante à distribuição dos atuais ocupantes de cargos efetivos, a efetivos, a preservação dos direitos daqueles que forem beneficiados pela estabilidade do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Brasília,

Assinatura

MP 00894

00008

EMENDA ADITIVA

À Medida Provisória nº 894, de 16 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

Sala das Sessões,

Abstract

MP 00894

00010

22/ 02/ 95

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894/95

DEP. PHILEMON RODRIGUES

1/1

1 ☐ - **DECLINED** 2 ☐ - **JUSTIFIED** 3 ☐ - **REJECTED** 4 ☒ - **APPROVED** 5 ☐ - **JUSTIFIED WITH RESERVES**

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. - Fica assegurada a percepção da vantagem prevista no art. 1º, inciso I e parágrafo 1º, do Decreto-Lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987, com a disciplina nele estabelecida, aos seus beneficiários, inclusive aqueles integrantes de quadros de entidades não mais sujeitas a regime especial de remuneração.

Parágrafo Único - A vantagem referida neste artigo faz jus, também, os titulares de cargos de Advogado da União.

Os membros da ex-Advocacia Consultiva da União, atual Advocacia Geral da União já vêm percebendo a vantagem de que trata o inciso I e § 1º, do art. 1º, do Decreto-Lei nº 2.333, de 1987, por força do Parecer nº 512/SAF/PR., ratificado pelo Parecer nº 220/CJ. do Ministério do Trabalho.

Tal vantagem deverá ser deferida, também, aos titulares de cargos de Advogados da União, uma vez que a Medida Provisória em questão fixou os vencimentos dos referidos cargos. A não extensão da mencionada vantagem implicará em tratamento desigual para aqueles que integram uma das carreiras da Advocacia-Geral da União.

Outrossim, a Carta magna vigente em seu art. 39, § 1º, assegura isonomia de vencimentos para cargos iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A presente Emenda visa a atender a este preceito constitucional, ou seja, tratamento igualitário para iguais.

MP00894

00011

22/02/95

MEDIDA PROVISÓRIA nº 894/95

DEP. PHILEMON RODRIGUES

1/1

1 ☐ - ORIGINAL 2 ☐ - SUBSTITUTAS 3 ☐ - SUPLENTE 4 ☒ - SUPLENTE 5 ☐ - SUBSTITUTAS GERAIS

Dispõe sobre o exercício da Advocacia Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. - No prazo de trinta dias o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos demais cargos das carreiras da Advocacia-Geral da União, sobre a estrutura permanente do órgão e sobre as dotações orçamentárias a serem consignadas para o custeio de suas atividades."

J U S T I F I C A T I V A

A emenda visa determinar prazo para o Poder Executivo adote as providências necessárias ao funcionamento em caráter definitivo da AGU, para atender a complexidade da atribuição do órgão e prover os meios para que possa desincumbir-se das suas tarefas. A Emenda visa, ainda, sanar equívoco técnico decorrente da omissão quanto ao vencimento básico das carreiras funcionais de Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico, também integrantes da Advo

cacia-Geral da União, haja vista o insculpido nos artigos 20 e 26 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Brasília,

MP 00894

00012

22 / 02 / 95

PROPOSIÇÃO -
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894/95

DEP. PHILEMON RODRIGUES

1/1

1 ☐ - CANCELADO 2 ☐ - SUBSTITUÍDA 3 ☐ - REPROVADA 4 ☐ - APROVADA 5 ☐ - SUBSTITUTIVA GERAL

TESTE
Dispõe sobre o exercício da Advocacia Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. - Não se aplica o disposto no art. 19 da Lei nº 8.477, de 29 de outubro de 1992, aos servidores das carreiras da Advocacia-Geral da União, obedecidos, exclusivamente, os limites de vencimentos previstos no art. 29 da Lei nº 8.852, de 04 de fevereiro de 1994.

J U S T I F I C A T I V A

As carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico, estabelecidas na forma do artigo 20 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 são privativas da Advocacia-Geral da União, em conformidade com o referido diploma legal.

Assim sendo, tem que terem o mesmo tratamento igualitário, em consonância com a Carta Magna vigente (art. 39, parágrafo 1º), é o que visa a presente emenda.

Brasília

ASSINATURA
Philemon Rodrigues

		MP 00874	
		00013	
22/02/95		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894/95	
DEP. PHILEMON RODRIGUES		1/1	
1 <input type="checkbox"/> SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATÓRIA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GERAL			
1 <input type="checkbox"/> ADITIVA 2 <input type="checkbox"/> MODIFICATÓRIA 3 <input type="checkbox"/> SUPLENTE 4 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GERAL			

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, de 19 de janeiro de 1995

Adite-se onde couber, o seguinte artigo e parágrafos:

"Art. - Aos membros da Advocacia-Geral da União e dos seus órgãos vinculados, previsto no artigo 2º, § 3º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, é assegurada, a partir de 1º de setembro de 1992, a percepção da representação mensal de que trata o Decreto-lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987.

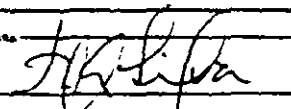
§ 1º - É mantida a vantagem a que se refere este artigo aos ocupantes de cargos de especialistas privativos de Bacharel em Direito na Administração Federal direta e indireta.

§ 2º - A vantagem deste artigo em nenhuma hipótese será paga cumulativamente aos servidores que já a percebem por decisão administrativa ou judicial.

JUSTIFICAÇÃO

Os membros integrantes da Advocacia-Geral da União, quer o seja, direta ou indireta, já percebem a representação mensal por força do Parecer Normativo nº 512/92 - SAF/PR, ratificado pelo parecer nº 220/92, da Consultoria Jurídica do então Ministério do Trabalho e Administração, desde 17 de setembro de 1992, não acarretando, assim nenhum aumento de despesas.

Brasília,

Assinatura: 

		MP 00874	
		00014	
22/02/95		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894/95	
DEP. PHILEMON RODRIGUES		1/1	
1 <input type="checkbox"/> SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTO 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATÓRIA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GERAL			
1 <input type="checkbox"/> ADITIVA 2 <input type="checkbox"/> MODIFICATÓRIA 3 <input type="checkbox"/> SUPLENTE 4 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA GERAL			

Aditem-se, onde couberem, os seguintes artigo e parágrafo:

"Art. - Aplicam-se aos procuradores das autarquias, inclusive daqueles em regime especial, e das fundações públicas federais, membros efetivos dos Órgãos Vinculados da Advocacia-Geral da União, o disposto nos artigos 20, 23, 24, 25 e 26 da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se aos membros efetivos da Advocacia-Geral da União e aos ocupantes de seus cargos em comissão e de funções gratificadas privativas de bacharel em Direito".

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.906/94, embora tenha incluído as atividades da AGU e de seus Órgãos Vinculados como privativa de advogado e como exercício de advocacia, atribuiu a esses servidores e empregados públicos os direitos de advogado de forma imprecisa, o que gerou interpretações equivocadas. A presente emenda objetiva esclarecer de vez tais enganos.

Sala das Sessões,

ASSINATURA

[Assinatura]

MP00894

00015

22 / 02 / 95

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894/95

DEP. PHILEMON RODRIGUES

1/3

1 ☐ - SUPLENTE 2 ☐ - SUBSTITUTO 3 ☐ - SUPLENTE 4 ☒ - SUPLENTE 5 ☐ - SUBSTITUTO SUPLENTE

Aditem-se, onde couberem, os seguintes artigos e parágrafos:

"Art. - As procuradorais e Departamentos Jurídicos das Autarquias, inclusive daqueles em regime especial, qualquer o regime jurídico de seu pessoal e das Fundações Públicas Federais, são Órgãos Vinculados da Advocacia-Geral da União, cujos cargos de procurador autárquico, procurador, advogado e assistente jurídico passam a ter a denominação única de procurador.

Parágrafo Único - Os servidores alcançados pelo disposto no caput deste artigo continuarão percebendo a remuneração e as

vantagens a que fizerem jus na data de vigência desta lei, observado o disposto no artigo 64 da Lei Complementar nº 73/93.

"Art. - A representação judicial e extrajudicial, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico de autarquia e fundação pública federal são decorrentes de investidura no cargo efetivo de procurador.

"Art. - Aplicam-se às Autarquias e Fundações Federais os mesmos prazos e prerrogativas deferidos à defesa dos interesses da União, sem prejuízo do que estabelece o parágrafo único do art. 67 da Lei Complementar nº 73/93.

"Art. - Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União e dos seus Órgãos Vinculados, titulares de cargos privativos de bacharel em Direito, são regidos pela Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e supletivamente, pela legislação peculiar da respectiva Autarquia ou Fundação, e gozam das prerrogativas da Lei nº 2.123, de 1º de dezembro de 1953.

"Art. - Os Órgãos Vinculados da Advocacia-Geral da União, de acordo com a disponibilidade de seus quadros jurídicos, poderão prestar auxílio mútuo na defesa dos interesses das Autarquias e Fundações Públicas Federais.

§ 1º - O Auxílio mútuo compreende, também a representação judicial.

§ 2º - O credenciamento para os fins deste artigo consistirá em cópia do pedido de auxílio contendo a enunciação do solicitado e designação de procurador para acompanhar o caso.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 131 da Constituição é claro, ao definir a Advocacia-Geral da União como instituição que, diretamente ou através de Órgão Vinculado, representa a União judicial ou extrajudicialmente.

A Lei Complementar nº 73/93, por sua vez, no § 3º do art. 2º, estabelece que esses Órgãos Vinculados são as Procuradorias e Departamentos Jurídicos das Autarquias e Fundações Públicas Federais. Num total de 114, esses Órgãos são responsáveis por cerca de 80% (oitenta por cento) das causas de interesse da União.

Os seus quadros jurídicos compõem-se de 2.895 advogados, encarregados de milhares de ações judiciais nas áreas trabalhistas, de contribuição social, de patrimônio e desapropriação, de seguros, de valores mobiliários, de abastecimento e preços, de ensino e patrimônio cultural, de assistência médica, do meio ambiente e outras.

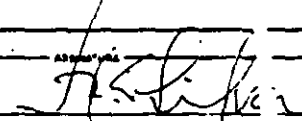
As emendas apresentadas visam a regularizar, em caráter de urgência, a participação dos Órgãos Vinculados no contexto da defesa dos interesses da União, a começar pela denominação única para os atuais ocupantes dos cargos de procurador autárquico, procurador, advogado e assistente jurídico, todos com atribuições semelhantes. Essa multiplicidade de denominações não tem mais sentido no âmbito da nova Instituição nem da Administração Federal. Já a garantia de percepção das atuais vantagens visa a reforçar o que dispõe o art. 64 da Lei Complementar, não representando, assim, aumento de despesa.

As emendas seguintes tendem a corrigir distorções na atuação dos Órgãos Vinculados, como a questão dos prazos e prerrogati

vas de defesa das Autarquias e Fundações, que devem ser os mesmos da União, já que envolvem, invariavelmente, a Fazenda Pública, como já é conhecido pelos Tribunais Superiores. Também, a possibilidade, face a defasagem de quadros jurídicos, de os Órgãos Vinculados socorrerem-se mutuamente, na defesa de seus interesses o que reforça o princípio de colaboração na área jurídica do governo, consagrado na Lei Complementar nº 73/93.

Finalmente, a observação de que os representantes jurídicos da União, designados na forma da lei, não dispõem de qualquer prerrogativa deferida ao exercício desta função, que era, por força da Lei nº 2.123/53, exclusiva dos Procuradores da República e dos Procuradores Autárquicos Federais. Com o advento da Advocacia-Geral da União, garante-se o exercício das suas atividades, preservando-as de constrangimento e dotando-as dos meios que lhes possibilitem maior mobilidade no desenvolvimento das suas ações, objetivando a defesa do Erário e das Instituições Públicas.

Sala das Sessões,

Assinatura: 

DATA: 21/02/95 PROPOSIÇÃO: EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 894, DE 16 DE fevereiro DE 1995

AUTOR: LUCIANO DE CASTRO Nº PROTOCOLO: 1051-6

1 ☐ SUPRESSÃO 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA Nº: MP00894

PÁGINA: 1 ARTIGO: 1 PARÁGRAFO: 1 Nº: 00016

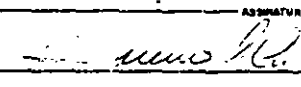
TEXTO

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. São estendidos aos inativos e aos pensionistas os benefícios e vantagens decorrentes da transposição dos cargos previstos nesta Lei, nos termos do art. 40, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA

De conformidade com o art. 40, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal, são estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens concedidos aos servidores em atividade. Assim, não há como excluir os inativos e os pensionistas da aludida Medida Provisória.

Assinatura: 
Luciano de Castro

MP00894

00017

MEDIDA PROVISÓRIA N.894

EMENDA Nº

Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.

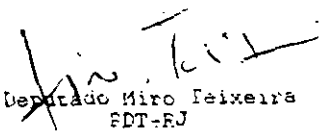
Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. - No prazo de trinta dias o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos demais cargos das carreiras da Advocacia Geral da União, sobre a estrutura permanente do órgão e sobre as dotações orçamentárias a serem consignadas para o custeio de suas atividades.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa determinar prazo para que o Poder Executivo adote as providências necessárias ao funcionamento em caráter definitivo da AGU, para atender a complexidade das atribuições do órgão e prover os meios para possa desincumbir-se de suas tarefas. A Emenda visa, ainda, sanar equívoco técnico decorrente da omissão quanto ao vencimento básico das carreiras funcionais de Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico, também integrantes da AGU, haja visto o insculpido nos artigos 20 e 26 da Lei Complementar nº 73 de 1993.

Brasília, 22 de fevereiro de 1995


Deputado Miro Teixeira
PDT-RJ

MP00894

00018

EMENDA ADITIVA

A Medida Provisória nº 894, de 16 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo.

"Art. - No prazo de trinta dias o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos demais cargos das Carreiras da Advocacia-Geral da União, sobre a estrutura administrativa permanente do órgão e sobre as dotações orçamentárias a serem consignadas para o custeio de suas atividades."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa determinar prazo para que, finalmente, o Poder Executivo adote as providências necessárias ao funcionamento em caráter definitivo da AGU.

Até o momento foram adotadas apenas medidas paliativas, que tem se revelado insuficientes para atender a complexidade das atribuições do órgão e prover os meios para que possa plenamente desincumbir-se de suas tarefas. É o caso, por exemplo, da fixação da remuneração dos cargos de Advogado da União, que deveriam ser fixados conjuntamente com as dos demais cargos. Da mesma forma, a estrutura administrativa permanente da AGU permanece inexistente, tanto que o artigo 1º da Medida Provisória prevê mecanismos para que outros órgãos possam supri-la de meios suficientes para o seu funcionamento. A presente MP já está na sua 11ª edição, e nada foi feito para dotar a AGU de estrutura definitiva! Quanto às dotações orçamentárias, o órgão não tem orçamento próprio, subsistindo à conta das dotações absorvidas da Consultoria-Geral da República e, a partir de agora, dos meios que o Ministério da Fazenda lhe possa destinar, com prejuízo de suas próprias responsabilidades. Assim, fixar prazo para que sejam adotadas as medidas permanentes terá o mérito de aferir se o Executivo deseja ou não que a AGU funcione, defendendo a contento os interesses da União em Juízo.

Sala das sessões, em 21 de fevereiro de 1995


Deputado MARCELO DEDA

PT/SE

MP 00894

00019

EMENDA ADITIVA

A Medida Provisória nº 894, de 16 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o exercício da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Nas causas movidas contra a União e suas entidades, de natureza trabalhista ou em que o objeto do pedido seja a aplicação de reajustes de vencimentos e remunerações, com sentenças transitadas em julgado até 31 de dezembro de 1994 será concedida, em caso de condenação do autor decorrente da aplicação de interpretação jurisprudencial formulada ou consolidada posteriormente à data do ingresso da ação, anistia referente a 80 % (oitenta por cento) da importância devida à União e suas entidades por conta de honorários advocatícios de sucumbência."

JUSTIFICAÇÃO

A aplicação aos sindicatos e servidores públicos de condenações ao pagamento de honorários advocatícios por conta de ônus de sucumbência em ações relativas aos Planos Econômicos em que - apesar do evidente *fumus boni juris* - foram objeto de interpretação do Supremo Tribunal Federal como indevidos, está trazendo graves prejuízos financeiros à atividade destas entidades, com graves repercussões sobre o seu patrimônio. Na defesa de direitos tidos como líquidos e certos, são agora penalizadas por força de interpretação jurisprudencial que se funda, basicamente, no ônus que acarretaria, o reconhecimento do direito, à estabilidade das finanças públicas. Todavia, a inversão do ônus, pela via da condenação e atribuição de honorários elevados a serem custeados pelas partes, com o fito de desmotivar o ingresso de tais ações, acaba por tornar nulo o direito de ação, tornando mais distante do servidor a possibilidade de recorrer ao Judiciário. A emenda que propomos visa assegurar que, em situações como esta, a interpretação jurisprudencial superior superveniente ao ingresso da ação não venha penalizar as entidades sindicais e servidores, por meio da concessão de anistia de oitenta por cento do valor arbitrado pela autoridade judicial na sentença.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995


Deputado MARCELO DEDA

PT/SE

EMENDÁ APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 897**, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE A VINCULAÇÃO DA FUNDAÇÃO OSÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", (Reedição da MP nº 837/95):

CONGRESSISTA**EMENDA Nº**

Deputado PAULO BERNARDO.

00001

MP 00897

00001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 897, de 16 de fevereiro de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do artigo 4º para a seguinte:

"Art. 4º. Os atuais empregos ocupados por servidores contratados pela Fundação Osório até 11 de dezembro de 1990 serão incluídos em quadro especial, aplicando-se, no tocante à remuneração, os valores atribuídos:

I - aos servidores integrantes do Plano Único de Classificação de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1990, quando se tratar de docente;

II - aos servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, quanto aos demais servidores.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos servidores ocupantes, exclusivamente, de emprego em comissão ou função de confiança."

JUSTIFICAÇÃO.

A redação original do artigo 4º permite que os ocupantes de empregos na Fundação Osório - portanto detentores de vínculo empregatício, ou seja, relação de emprego - sejam incluídos nos Plano de Cargos da Lei nº 5.645 e 7.596. Ora, são regimes distintos - um, o de emprego; outro, o de cargo. Cada um com suas limitações e vantagens. No caso do regime de cargos, somente se permite o acesso a cargos - por definição efetivos - mediante concurso público, sendo inerente ao cargo a estabilidade, a aposentadoria integral, etc. No regime de emprego, a relação jurídica é diferente. Havendo, no caso da Fundação Osório, vínculo empregatício, é no regime de emprego que deve ser enquadrado o servidor, o que exige a criação de um quadro especial, garantindo-se, no entanto, as mesmas remunerações fixadas para os cargos de atribuições correlatas.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro, de 1995


Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 898, DE 16 DE FEVEREIRO
DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DA
SECRETARIA DE RECEITA FEDERAL, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Deputado PAES LANDIM	0001

MP00898

00001

DATA
22 / 02 / 95PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 898, de 16 de fevereiro de 1995

AUTOR

Deputado Paes Landim

Nº PRONTUÁRIO

TIPO

1 ☐ - SUPRESSIVA2 ☐ - SUBSTITUTIVA3 ☐ - MODIFICATIVA4 ☒ - ADITIVA5 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

80

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Inclua-se o seguinte artigo, renumerando os
subsequentes:

"Art.8º - A Retribuição Adicional Variável, instituída
pela Lei 7.711, de 22 de dezembro de 1988, observará
exclusivamente o limite estabelecido pelo art.6º da Medida
Provisória nº 892, de 16 de janeiro de 1995."

JUSTIFICATIVA

**1 - O CARÁTER VARIÁVEL E A AUTOGERAÇÃO DOS RECURSOS PARA SEU PAGAMENTO
NÃO JUSTIFICA A VINCULAÇÃO DA RAV AO VENCIMENTO BÁSICO**

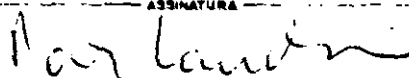
Instrumento gerencial e de estímulo às atividades de fiscalização de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, a Retribuição Adicional Variável tem desempenhado, desde a sua instituição, papel fundamental para o incremento da arrecadação federal.

A variação proporcional e diretamente relacionada com a produção condiciona o recebimento da vantagem à autogeração dos recursos necessários. O montante de multas arrecadadas é elemento fundamental para a existência da retribuição, uma vez que a mesma é paga com esses recursos. Entretanto, o desempenho individual e plural dos servidores, avaliado em função de metas preestabelecidas, é a **conditio sine qua non** para o pagamento da RAV.

O caráter variável, similar aos modelos de produtividade adotados nos programas de qualidade e modernização das empresas privadas, justifica a instituição desta vantagem desvinculada de qualquer limite de vencimento ou remuneração, ressalvado o previsto pela Constituição.

10

ASSINATURA



EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 899, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1995, QUE "ORGANIZA E DISCIPLINA OS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO AGNELO QUEIROZ.....	006.
DEPUTADO PAULO BERNARDO.....	001,002,003,004,005,007, 009,010,011,012,013,014, 016,017,018.
DEPUTADO RUBEM MEDINA.....	008.
SENADOR VALMIR CAMPELO.....	015.

SCM

MP 00899

00001

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle
Interno e de Planejamento e de Orçamento do
Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, aos parágrafos 1º e 6º do art. 11, a seguinte redação:

"Art. 11...

§ 1º. Integram os Sistemas de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo da União:

I - os órgãos específicos e comuns integrantes da estrutura básica do Ministério do Planejamento e Orçamento;

II - a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

III - a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IV - na qualidade de órgãos setoriais, as unidades setoriais de planejamento e orçamento dos ministérios civis, militares e órgãos da Presidência da República;

V - os órgãos regimentalmente responsáveis, na Presidência da República e nos ministérios civis, pela formulação de políticas setoriais;

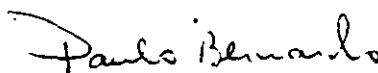
VI - na qualidade de órgãos seccionais, as unidades de planejamento e orçamento das entidades da Administração Pública Federal indireta e fundacional, respeitada a vinculação ao respectivo órgão da Administração Federal Direta.

§ 6º. Sem prejuízo do disposto no § 2º deste artigo, os órgãos integrantes dos Sistemas de Planejamento e Orçamento realizarão ou subsidiarão, através dos instrumentos próprios, o acompanhamento e avaliação dos planos, programas e ações de Governo, como parte do processo de avaliação da gestão de recursos públicos, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo.

JUSTIFICAÇÃO

A formulação original dos parágrafos ora emendados explicita, como integrantes dos Sistemas de Planejamento, as Secretarias de Planejamento e Avaliação e de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, bem como o IPEA. Deixa de fora, no entanto, os demais órgãos integrantes da estrutura do Ministério do Planejamento, especialmente a Secretaria de Assuntos Internacionais, a Secretaria de Política Urbana, a Secretaria Especial de Políticas Regionais, e o IBGE. Ignora, também, os órgãos responsáveis pela formulação de políticas setoriais, no âmbito da Presidência e dos ministérios, como a Casa Civil, responsável pela gestão das Câmaras do Conselho de Governo, e as Secretarias de Política Cultural, de Política Comercial, etc. É da história e da essência desses órgãos integrarem o processo de planejamento e orçamentação, o que exige reformulação do artigo para que sejam considerados. Quanto ao IBGE, é sempre importante lembrar que sua missão institucional é a de promover a pesquisa, produção, análise e difusão de informações e estudos, em sua área de competência, relacionados com os programas e projetos de desenvolvimento nacional - ou seja, voltados para o processo de planejamento governamental. Relativamente ao inciso IV, promovemos correção redacional, melhor ajustada à nomenclatura dos respectivos órgãos.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP 00899

00002

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle
Interno e de Planejamento e de Orçamento do
Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao "caput" do art. 4º, a seguinte redação:

"Art. 4º. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo tem como órgão central o Ministério do Planejamento e Orçamento, e compreende:"

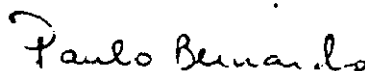
JUSTIFICAÇÃO

O fortalecimento institucional do Sistema de Controle Interno é fundamental para que se recupere minimamente o controle sobre os gastos públicos, atendendo ao mandamento constitucional e as necessidades constatadas e reafirmadas pelas recentes CPIs Collor-PC e do Orçamento.

Todavia, é evidente que não se pode subordinar o órgão de controle à mesma autoridade responsável pela administração financeira. O Ministério da Fazenda não é o órgão apropriado para controlar os gastos públicos, em vista de sua missão histórica de responder pela arrecadação, pela administração financeira e pela contabilidade públicas. A SEPLAN, atualmente Ministério do Planejamento e Orçamento foi, até 1985, o órgão central do Sistema de Controle Interno, função que exercia por meio da Secretaria Central de Controle Interno - SECIN. A partir de 1985, contudo, a SECIN foi transferida para o Ministério da Fazenda, e em 1986 foi extinta, tendo suas competências sido absorvidas pela então criada Secretaria do Tesouro Nacional. Este processo redundou no desmonte do Sistema de Controle Interno, na sua relegação a um plano hierárquico inferior e no seu enfraquecimento institucional. A permanência da função controle interno na órbita da Fazenda não permitirá superar a situação, ao passo que sua vinculação ao Ministério do Planejamento, além de desafogar a Presidência da República - o que ocorreria com a inclusão do órgão como Secretaria diretamente ligada ao Presidente - permite sua inserção num órgão estratégico, de acordo com a MP 813, de 1994, e a própria Constituição Federal.

Além destes aspectos históricos, é necessário manter a própria coerência com o modelo proposto: a função controle é indissociável da função planejamento, a qual inclui a programação orçamentária e a avaliação das políticas públicas. Da mesma forma, a criação da Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, inserida pela Medida Provisória como órgão do Min. Planejamento, reforça a tese de que deve-se a este Ministério o controle e a avaliação da execução das políticas e dos gastos públicos. Nestes termos, propomos que seja o Min. do Planejamento o órgão central do Sistema, ao qual ficará subordinada, hierarquicamente, a Secretaria Federal de Controle, ao passo que a Secretaria do Tesouro Nacional, embora também integre o Sistema, sujeitando-se à integração definida pelo Conselho Consultivo do Sistema de Controle Interno, deverá permanecer como órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP 00899

00003

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle
Interno e de Planejamento e de Orçamento do
Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do art. 5º para a seguinte:

"Art. 5º. Integram a Secretaria Federal de Controle:

- I - os órgãos setoriais de controle interno:
 - a) dos órgãos da Presidência da República;
 - b) dos ministérios civis;

- II - as unidades seccionais do controle interno nos estados, denominadas Delegacias Regionais de Controle;

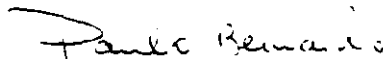
- III - a Corregedoria-Geral do Controle Interno.

Parágrafo único. Os ministérios militares manterão estruturas próprias para as atividades de controle interno, ficando subordinadas normativa e tecnicamente ao Sistema de Controle Interno."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que ora propomos visa superar dois problemas contidos na redação original. O primeiro é que não se justifica assegurar a integração sistêmica sem assegurar a autoridade hierárquica da Secretaria Federal de Controle sobre as unidades de controle dos Ministérios. Para o conjunto dos ministérios, a regra é válida, mas a redação exclui os Ministérios Militares, o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria-Geral da Presidência. Entendemos que, face às peculiaridades da hierarquia militar e de sua situação funcional, é compreensível - pelo menos no momento - que os Ministérios Militares continuem a ter o comando dos seus órgãos seccionais de controle, mantendo para tanto estrutura própria e que não se confunda com a do Sistema. Mas, no tocante aos demais, especialmente o MRE, é plenamente coerente com a lógica do sistema que as unidades seccionais de controle sejam integradas ao órgão central. O outro problema é que o inciso I se refere a "órgãos seccionais", formulação que é incorreta, já que não identifica as Secretarias de Controle Interno dos Ministérios, como pretende, mas as auditorias e órgãos similares das autarquias e fundações por eles supervisionadas.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP 00899

00004

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle
Interno e de Planejamento e de Orçamento do
Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 8º, parágrafo único a seguinte redação:

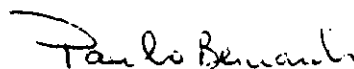
"Art. 8º...

Parágrafo único. A Presidência do Conselho Consultivo será exercida pelo Ministro do Planejamento e Orçamento, com direito a voto de qualidade."

JUSTIFICAÇÃO

Em vista de outra emenda por nós oferecida, vinculando a Secretaria Federal de Controle ao Ministério do Planejamento, impõe-se atribuir ao Ministro de Estado deste órgão a competência originalmente atribuída ao Ministro da Fazenda.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP00899

00005

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

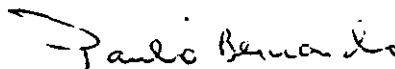
Dê-se ao art. 12 a seguinte redação:

"Art. 12. Os cargos da Carreira Finanças e Controle integram a estrutura de recursos humanos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, cujo exercício será definido por ato do Ministro do Planejamento e Orçamento, obedecidos os quantitativos fixados com base no disposto no art. 7º, inciso IV desta Lei."

JUSTIFICAÇÃO

Em vista de outra emenda por nós oferecida, vinculando a Secretaria Federal de Controle ao Ministério do Planejamento e Orçamento, impõe-se atribuir ao Ministro deste órgão a competência para definir o exercício dos ocupantes de cargos da Carreira de Finanças e Controle. Contudo, o exercício deve ser condicionado a quantitativos a serem fixados, em cada órgão do Sistema, de acordo com as normas definidas pelo Conselho Consultivo de Controle Interno, a quem incumbe promover a integração dos mesmos e articular as ações sistêmicas.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP 00899

00006

22 / 02 / 95

ARTIGO 13 DA MP 899/95

Deputado AGNEO QUEIROZ

407

1 ☐ - SUPRESSÃO 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 5 ☐ - SUBSTITUTIVO GERAL

1/1

13

Único

Dá ao parágrafo único do artigo 13 a seguinte redação:

"Art. 13.

Parágrafo Único - Ficam mantidos na estrutura de Recursos Humanos do Sistema do Planejamento e Orçamento do Poder Executivo, integrada nos termos do caput, os Servidores Públicos Federais que efetiva e comprovadamente estejam exercendo pelo prazo não inferior a 02 (dois) anos as atividades constantes dos órgãos previstos nas alíneas "c", "d" "e" e "f" do parágrafo primeiro do artigo 11.

JUSTIFICAÇÃO

A estrutura de Recursos Humanos do Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo tem um corpo sério de servidores federais e merecem todo o nosso respeito.

A lacuna deixada pelo preente artigo permitiria que o quadro remanecente tivesse lotação diversa da atual. A emenda visa assegurar a continuidade do trabalho efetiva e comprovadamente desenvolvida pelos servidores da área, sob exame. A presente emenda está inlusive em consonância com a política alardeada pelo governo de valorização e aperfeiçoamento do quadro técnico. Assim sendo é correto a manutenção do trabalho de planejamento do Sistema já existente, enriquecido com a integração dos técnicos provenientes do IPEA, bem como da categoria funcional do Técnico do Planejamento, P - 1501 do Grupo TP - 1500, criado pelo Decreto nº 75.461, de 07 de março de 1975.

MP 00899

00007

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, ao artigo 13, o seguinte parágrafo:

"Art. 13. ...

Parágrafo único. O exercício dos servidores a que se referem os art. 12 e 13 dar-se-á na conformidade das atribuições dos cargos respectivos."

JUSTIFICAÇÃO

Os artigos 12 e 13, ao determinar aos órgãos centrais a definição do exercício dos servidores cujos cargos que integram os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Coordenação, não deve ser entendido como forma de restringir o seu espaço de atuação profissional dos mesmos. Especialmente no caso da Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, instituída pela Lei nº 7.834/89 como um instrumento de melhoria da qualidade de gestão para toda a administração direta e autárquica, e dotada, para tanto, de condições de exercício amplo em órgãos de direção superior e de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, merece ser preservada, no interesse da Administração, a possibilidade de que seus integrantes possam ser alocados livremente onde forem necessários. A emenda tem como propósito deixar explícito que, do disposto na Lei, não decorrerá restrição ao exercício profissional dos servidores, com evidentes vantagens para o conjunto da Administração e sua maior eficiência e eficácia.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995

Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP00899

00008

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 899, DE 1995

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Art. 13. Ficam transformados em cargos da Carreira de Finanças e Controle os cargos das categorias funcionais de Auditor, Contador e Técnico de Contabilidade, integrantes do Plano de Classificação de Cargos a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ocupados por servidores que, em 23 de dezembro de 1986, estivessem lotados no Ministério da Fazenda, assegurados os efeitos desta transformação aos servidores que naquela data já se encontrassem em inatividade."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o propósito de aperfeiçoar o texto da Medida Provisória sob exame e dar tratamento adequado à situação de

servidores que, injustamente, não foram considerados na oportunidade da criação dos cargos de Analista de Finanças e Controle e de Técnico de Finanças e Controle pelo Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987.

Com efeito, o referido Decreto-Lei, em seu artigo 2º, condicionou a classificação nos novos cargos a que os servidores, integrantes ou não do Grupo de Atividades Específicas de Controle Interno, se encontrassem lotados, em 23 de dezembro de 1986, na Secretaria do Tesouro Nacional - STN ou nos órgãos setoriais ou equivalentes de Controle Interno.

Como consequência, independentemente de formação técnica mais adequada às funções de controle, servidores de outros órgãos, pelo simples fato de, na data estabelecida, estarem em exercício em órgãos setoriais ou equivalentes de controle interno obtiveram o enquadramento previsto no Decreto-Lei.

Dois grupos, compostos por auditores, contadores e técnicos de contabilidade, não foram considerados pelo diploma legal e por tal razão excluídos:

- a) aqueles que, com formação especializada, embora exercendo atividades relacionadas com contabilidade, finanças e orçamento no Ministério da Fazenda, não se encontravam lotados na Secretaria do Tesouro Nacional;
- b) os que, em razão mesmo de notória especialização e excelência de seus serviços, estivessem, por isso mesmo, cedidos a outros órgãos onde prestavam assessoria, justamente em assuntos relacionados com finanças e controle interno.

É esta situação de injustiça com servidores de alta capacitação e desempenho comprovado na área de finanças e controle que a emenda, inspirada no preceito constitucional da isonomia pretende reparar, corrigindo uma lacuna somente explicável por um lapso do legislador.

Acolhida a alteração proposta ela beneficiaria também os servidores já aposentados, por força do que dispõe o art. 40, § 4º da Constituição Federal.

Sala da Comissão, em de de 1995


Deputado RUBEM MEDINA

MP 00899

00009

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao artigo 16, a seguinte redação:

"Art. 16. O Secretário Federal de Controle terá mandato de dois anos, renovável uma única vez, e será nomeado pelo Presidente da República após aprovação do seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

§ 1º. A destituição do Secretário Federal de Controle ocorrerá mediante iniciativa do Presidente da República submetida à aprovação, pelo voto secreto, da maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

§ 2º. Os titulares das unidades setoriais a que se refere o art. 4º, inciso IV, serão nomeados pelo Presidente da República, escolhidos em lista triplíce elaborada pelo Secretário Federal de Controle e encaminhada pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento."

JUSTIFICAÇÃO

A fim de que se assegure ao titular da Secretaria Federal de Controle as condições ideais para o exercício do cargo, são necessárias três condições: estabilidade, isenção e respaldo político. Embora ocupante de cargo comissionado, o seu titular deve ser da confiança deste. É necessário, contudo, que tenha garantias para o exercício do cargo, não podendo ser afastado a qualquer tempo. A principal garantia se materializa num mandato fixo, mas o respaldo político para que atue de forma autônoma se consolidará pela aprovação de seu nome pelo Senado Federal. No tocante aos órgãos setoriais de controle interno, supera-se, pela emenda ora apresentada, o problema atualmente existente de ser o titular do órgão setorial escolhido pelo Ministro da pasta que deverá controlar, o que o coloca numa situação de subordinação tanto hierárquica quanto funcional. Assegurar maior autonomia a este "controlador", que será indicado pelo Ministro do Planejamento (conforme outras emendas oferecidas por nós) e nomeado pelo Presidente da República é, portanto, também fundamental para assegurar a eficácia da sua atuação.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP 00899

00010

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 17, a seguinte redação:

"Art. 17. Os cargos em comissão no âmbito do Sistema de Controle Interno e dos Sistemas de Planejamento e Orçamento serão providos, preferencialmente, por

ocupantes dos cargos permanentes constantes dos artigos 12 e 13, devendo as funções de direção e chefia ser preenchidas, em caráter privativo, por estes servidores.

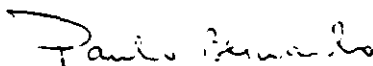
Parágrafo único. Para os fins do "caput" consideram-se cargos em comissão os cargos de direção e assessoramento superiores dos dois níveis hierárquicos mais elevados da estrutura organizacional dos órgãos de estrutura específica ou comum integrantes do Sistema."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do art. 17 estabelece a preferência para o exercício de cargos de confiança, no sistema, por parte das carreiras integrantes do "ciclo de gestão". Contudo, é notório o fato de que tal "preferência" resulta inócua, devendo ser buscada fórmula que assegure de maneira mais eficaz a profissionalização dos cargos de confiança. O PL nº 4.407/94, do Poder Executivo, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, e a Lei nº 8.911/94 indicam o caminho: é necessário definir, como cargos de livre provimento, apenas os dos dois níveis hierárquicos

superiores, a fim de que os demais sejam exercidos, em caráter exclusivo, por profissionais de carreira. É com o objetivo de sistematizar e integrar o texto da MP a tais iniciativas e necessidades que propomos a presente emenda.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP 00899

00011

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 22, a seguinte redação:

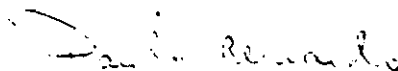
"Art. 22. Os candidatos preliminarmente aprovados em concursos públicos para provimento dos cargos de que tratam os art. 12 e 13 farão jus, durante o programa de formação, a título de auxílio financeiro, a até 80 % (oitenta por cento) da remuneração do cargo a que estiverem concorrendo, conforme definido em regulamento."

JUSTIFICAÇÃO

Por uma falha aparente de redação, foi assegurada pela redação original do artigo o auxílio financeiro apenas aos candidatos a cargos das carreiras de Finanças e Controle e Planejamento e Orçamento, deixando de ser alcançados os Especialistas em Políticas Públicas, Técnicos de Planejamento e do IPEA. Como medida de isonomia, impõe-se estender este benefício, de forma explícita, a todos os cargos que integram a estrutura de recursos humanos dos Sistemas alcançados pela MP.

Em segundo lugar, propomos que o valor do auxílio seja de até 80 % da remuneração do cargo, assegurando, assim, o mesmo tratamento já previsto no Projeto de Lei nº 4.407/94, de autoria do Poder Executivo e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP 00899

00012

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle
Interno e de Planejamento e de Orçamento do
Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao art. 26, a seguinte redação:

"Art. 26. Ficam transferidos para o Ministério do Planejamento e Orçamento os cargos em comissão do Grupo DAS e as Funções Gratificadas - FG da estrutura padrão das atuais Secretarias de Controle Interno, em cada Ministério Civil.

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, no prazo de 120 dias, a transformar, mediante alteração de denominação e especificação, sem aumento de despesa, os cargos em comissão do grupo DAS e as Funções Gratificadas - FG existentes no âmbito do Sistema de Controle Interno.

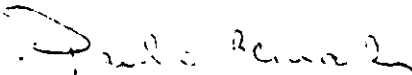
§ 2º. Até a sua instalação em caráter definitivo, nos termos do art. 25, fica o Ministério da Fazenda incumbido de prestar o apoio necessário à instalação e manutenção das Delegacias Regionais de Controle."

JUSTIFICAÇÃO

Em vista de outra emenda por nós oferecida, vinculando a Secretaria Federal de Controle ao Ministério do Planejamento, impõe-se transferir a este órgão os cargos em comissão dos órgãos setoriais a fim de assegurar a autonomia das CIsETs. Em consequência, é necessário atribuir, até a instalação definitiva das Delegacias Regionais de Controle, ao Ministério da Fazenda, que já conta com as Delegacias Regionais do Tesouro Nacional, a tarefa de oferecer condições materiais e diárias para seu funcionamento.

Trata-se das mesmas medidas adotadas pelo Executivo ao promover a instalação, em caráter provisório da AGU, de modo a assegurar condições mínimas ao novo órgão para que possa estruturar-se, e cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias dos dois órgãos - SEPLAN e Ministério da Fazenda, nos termos do art. 29

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BENARDO
PT/PR

MP 00899

00013

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle
Interno e de Planejamento e de Orçamento do
Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

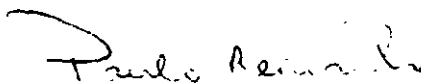
Dê-se, ao art. 27, "caput" a seguinte redação:

"Art. 27. Ficam transferida do Ministério da Fazenda para o Ministério do Planejamento e Orçamento a Secretaria Central de Controle, e alterada a sua denominação para Secretaria Federal de Controle."

JUSTIFICAÇÃO

Em vista de outra emenda por nós oferecida, vinculando a Secretaria Federal de Controle ao Ministério do Planejamento, impõe-se alterar a redação do art. 17, promovendo a transferência do órgão. A Secretaria Federal de Controle estava prevista desde novembro de 1992, pela Lei nº 8 490/92, como órgão da estrutura do Ministério da Fazenda, sem nunca ter chegado a entrar em funcionamento.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP00899

00014

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 28.

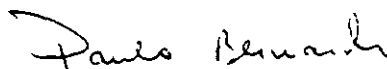
JUSTIFICAÇÃO

O artigo 28 da Medida Provisória faculta ao Executivo requisitar, até 31 de dezembro de 1995, servidores públicos de empresas estatais para atuar na Secretaria do Tesouro Nacional, independentemente da ocupação de cargos de confiança.

Embora a princípio esta regra possa contribuir para conferir ao órgão condições operacionais mais adequadas, na verdade mascara o problema mais grave que é a evasão e insuficiência de quadros da Secretaria do Tesouro Nacional em vista da baixa remuneração atribuída aos seus servidores de carreira. Conferir um prazo para que, contrariando a regra geral do art. 93 de

Lei nº 8.112/90, possam ser livremente requisitados empregados de estatais, contribui apenas para adiar a necessária solução para o problema real, para afastar a necessidade emergencial de profissionalizar com servidores de carreira este órgão estratégico da Administração Federal e para permitir a formação de equipes de trabalho por critérios puramente discricionários e transitórios.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP00899

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 899, DE 16 DE FEVEREIRO

00015

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, no título V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

"Art. Os servidores das carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, nomeados em decorrência da aprovação em concurso público que sejam, na data da posse, ocupantes de cargos efetivos inacumuláveis na forma da Lei 8112, de 11 de dezembro de 1990, perceberão, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada e sujeita aos reajustes gerais, a diferença entre a remuneração do cargo de origem e a do novo cargo.

Parágrafo Único. A diferença referida no "caput" será absorvida pela nova remuneração à medida que o servidor obtiver promoção ou progressão na carreira."

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa a preservação da remuneração, garantindo a irredutibilidade dos vencimentos de servidor em atividade no Serviço Público Federal que mediante concurso público, assume novo cargo.

A redação proposta não altera sua situação na nova carreira, permanecendo o mesmo submetido a todos os interstícios para a promoção dentro da respectiva carreira.

Tal medida se apresenta como de justiça para os servidores que, após se submeterem a estafantes provas teóricas e cursos de aperfeiçoamento de elevadíssimo gabarito logram êxito e, não raro, abandonam o que alcançaram devido ao injusto descenso de remuneração, o qual visamos sanar.

A repercussão financeiro-orçamentária com a aprovação desta proposta corresponderá a uma mera movimentação, como assim o é, nos já consagrados institutos da transferência ou redistribuição, sem contar que, a nosso ver, as carreiras só seriam valorizadas com a investidura de pessoas experientes e acostumadas a lidar com os meandros da Máquina estatal.



Senador VALMIR CAMPELO
PTB-DF

SEXTA-FEIRA, 17 FEV 1995

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

2143

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Cargos ou Funções			Cargos ou Funções		
Legislação	Denominação	Código	Legislação	Denominação	Código
-	-	-	DAS-101.21.1	Chefe de Centro Nacional de Serviços de Informática	-
AS-102.1.10	Assessor	-	DAS-102.1.17	Assessor	-
AS-101.1.14	Chefe de Serviço	-	DAS-101.1.18	Chefe de Serviço	-
FG 1	41	-	FG 1	41	Chefe de Seção e Assessor
FG 2	48	-	FG 2	48	Assessor
FG 3	64	-	FG 3	64	Assistente e Chefe de Equipe
Cargos Desempenhados					
AS-101.41.10	Superintendente	-	DAS-101.41.10	Superintendente	-
AS-101.21.7	Superintendente-Adjunto	-	DAS-101.21.10	Superintendente-Adjunto	-
-	-	-	DAS-101.21.17	Chefe de Assessoria	-
-	-	-	DAS-102.21.22	Assessor	-
AS-101.31.25	Delegado	-	DAS-101.31.25	Delegado	-
-	-	-	DAS-102.1	28	Assessor
AS-101.65	Delegado	-	DAS-101.21.45	Delegado	-
AS-101.31.5	Inspetor	-	DAS-101.31.5	Inspetor	-
-	-	-	DAS-102.1	5	Assessor
AS-101.31.10	Inspetor	-	DAS-101.31.10	Inspetor	-
AS-101.31.12	Inspetor	-	DAS-101.31.12	Inspetor	-
AS-101.11.48	Agente	-	DAS-101.11.48	Agente	-
AS-101.21.102	Chefe de Divisão	-	DAS-101.21.115	Chefe de Divisão	-
-	-	-	DAS-101.21.10	Chefe de Centro Regional	-
-	-	-	DAS-101.21.7	Chefe de Centro Local	-
AS-101.1.312	Chefe de Serviço	-	DAS-101.1.17	Chefe de Centro Local	-
-	-	-	DAS-101.1.279	Chefe de Serviço	-
-	-	-	DAS-101.21.7	Chefe de Central de Atendimento	-
AS-101.1.3	Chefe de Laboratório de Análise e Ensaios	-	DAS-101.1	3	Chefe de Laboratório de Análise e Ensaios
-	-	-	DAS-101.1	100	Supervisor de Grupo
FG 1	243	-	FG 1	639	Chefe de Agência, Inspetora, Seção Centro Local, Central de Atendimento, Assistente
FG 2	513	-	FG 2	515	Chefe de Agência, de Inspetora de Serviço, Assistente
FG 3	1201	-	FG 3	920	Chefe de Equipe, Assistente

RESOLUÇÃO PROVISÓRIA Nº 899, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1995

Organiza e dispõe o Sistema de Controle Interno e de Planejamento e de Organização do Poder Executivo, e de outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória com força de lei:

TÍTULO I DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Art. 1º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo visa à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, à administração financeira do Tesouro Nacional e à verificação e avaliação dos resultados obtidos pelas administrações públicas.

Art. 2º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, sob o patrocínio das competências constitucionais e legais de seus Poderes, tem como objetivos:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos trabalhos da União;
- II - controlar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos débitos e créditos da União;
- IV - controlar o endividamento federal e elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional;
- V - manter condições para que as entidades brasileiras atuem permanentemente informadas sobre os dados de execução orçamentária, financeira e patrimonial da União;
- VI - apoiar o controle externo no exercício de seu controle institucional.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO

Capítulo I DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

Art. 3º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo compreende as atividades de Administração, Fiscalização e Avaliação de Gestão, sob a orientação técnica e normativa da Secretaria

Federal de Controle, e as atividades de Administração Financeira e Contábil, sob a orientação técnica e normativa da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 4º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo tem como Órgão Central e Matrizes as seguintes:

- I - o Conselho Consultivo do Sistema de Controle Interno;
- II - a Secretaria Federal de Controle;
- III - a Secretaria do Tesouro Nacional;

IV - as unidades de controle interno das instituições militares, do Estado-Maior das Forças Armadas, da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União e do Ministério das Relações Exteriores, como órgãos internos.

§ 1º Os órgãos internos a que se refere o inciso IV deste artigo tornam-se, se comprovada a necessidade, a estruturação da Secretaria Federal de Controle e da Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos de sua atuação.

§ 2º As áreas de programação financeira dos órgãos de Administração Direta do Poder Executivo integram-se estruturalmente à Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 5º Integra-se à Secretaria Federal de Controle:

- I - as unidades técnicas de controle interno, desconcentradas da Secretaria do Tesouro Nacional, sob a orientação técnica e normativa da Secretaria do Tesouro Nacional;
- II - as unidades regionais de controle interno nos Estados, denominadas Delegacias Regionais de Controle;
- III - a Corregedoria-Geral do Controle Interno.

Art. 6º Subordinam-se estruturalmente à Secretaria do Tesouro Nacional as representações do Tesouro Nacional nos consórcios federais, de órgãos equivalentes, das entidades de administração indireta, constituídas direta ou indiretamente pela União.

Parágrafo único. Os representantes do Tesouro Nacional nos consórcios federais deverão ser, preferencialmente, servidores integrantes da carreira Financeira e Contábil, que não estejam em exercício nas áreas de natureza e fiscalização do ministério de órgão equivalente ao qual a entidade esteja vinculada.

Art. 7º Fica criado o Conselho Consultivo do Sistema de Controle Interno com a finalidade de:

- I - promover a integração das áreas coordenadas pela Secretaria Federal de Controle e pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como atuar com as demais unidades técnicas do Governo Federal;
- II - editar normas sobre assuntos comuns às áreas de atuação da Secretaria Federal de Controle e da Secretaria do Tesouro Nacional pertencentes ao Sistema de Controle Interno;
- III - emitir pareceres sobre controvérsias relativas a normas cujas aplicações envolvam a atuação das áreas coordenadas pela Secretaria Federal de Controle e pela Secretaria do Tesouro Nacional;
- IV - definir normas para a distribuição dos recursos humanos do Sistema de Controle Interno.

Art. 8º O Conselho Consultivo do Sistema de Controle Interno é integrado pelos titulares da Secretaria Federal de Controle, da Secretaria do Tesouro Nacional e por um representante de cada uma das unidades técnicas, regionais e órgãos internos de controle interno.

Parágrafo único. A Presidência do Conselho Consultivo será exercida pelo Ministro do Estado do Tesouro com duração de um ano de mandato.

Capítulo II DAS COMPETÊNCIAS

Seção I

Das Ativas de Administração, Fiscalização e Avaliação de Gestão

Art. 9º Caberá à Secretaria Federal de Controle, no desempenho das atribuições previstas no art. 2º desta Medida Provisória:

- I - realizar auditorias nas áreas contábil, financeira, de execução orçamentária, de pessoal e demais assuntos administrativos;
- II - promover a normatização, o aprimoramento, a sistematização e a padronização dos procedimentos de controle, fiscalização e avaliação de gestão;
- III - realizar auditoria, fiscalizar e emitir pareceres e pareceres sobre a gestão das administrações públicas;
- IV - verificar a exatidão e a confiabilidade dos dados relativos à atividade de pessoal, e qualquer outro, de administração direta e indireta, e a composição das dotações orçamentárias, reformas e passivos na administração direta, indireta e fundacional;
- V - disciplinar e manter registros sobre a contabilidade dos consórcios e entidades independentes, de âmbito da Administração Pública Federal;
- VI - avaliar o cumprimento e os resultados dos trabalhos de auditoria das entidades de administração indireta;
- VII - prestar informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e atividades constantes dos orçamentos da União;
- VIII - manter registros sobre a composição e atuação das comissões de licitação;
- IX - exercer a responsabilidade técnica dos órgãos do Poder Executivo, exceto daqueles pertencentes aos órgãos internos do Sistema de Controle Interno;
- X - emitir de ato ou fato sujeitos de direito, ou de irregularidade, fundamentados por agentes públicos, propondo as autoridades competentes as providências cabíveis.

Art. 24. A Secretaria Federal de Controle fará publicar, periodicamente, no Diário Oficial da União informações sobre os trabalhos de supervisão, fiscalização e acompanhamento dos programas de governo.

Nº 35 SEXTA-FEIRA, 17 FEV 1995

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

2147

Art. 25. O Poder Executivo altera, em regulamentar e no prazo de cento e vinte dias, sobre a competência, a estrutura e o funcionamento dos órgãos componentes do Sistema de Controle Interno, bem como sobre as atribuições de seus titulares e demais integrantes.

Art. 26. Ficam transferidas para o Ministério da Fazenda as funções em caráter de Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS e as Funções Gráficas - FG de natureza operacional das secretarias de controle interno, das Ministérios Cível e das Regiões da Previdência, do Estado-Maior das Forças Armadas e a Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. O Poder Executivo tem o prazo de noventa dias para a transferência de competência e a organização dos órgãos, bem como o prazo de noventa dias para a transferência de competência e a organização dos órgãos, bem como o prazo de noventa dias para a transferência de competência e a organização dos órgãos.

Art. 27. Ficam criadas a Secretaria-Geral do Controle do Ministério da Fazenda para Secretaria Federal de Controle.

§ 1º Ficam criadas as seguintes Secretarias Federais de Controle, DAS 101.6:

§ 2º Ficam criadas, no âmbito da Secretaria Federal de Controle, duas cargas DAS 101.5, uma carga DAS 101.4, duas cargas DAS 101.3, uma carga DAS 101.2, e uma carga DAS 102.2.

§ 3º Ficam criadas, no âmbito do Tribunal Nacional, uma carga DAS 101.5, duas cargas DAS 101.4, duas cargas DAS 101.3, uma carga DAS 101.2, e uma carga DAS 102.2.

Art. 28. Ficam o Ministério da Fazenda alterando a estrutura, até 31 de dezembro de 1995, a organização dos órgãos, bem como a estrutura, até 31 de dezembro de 1995, a organização dos órgãos, bem como a estrutura, até 31 de dezembro de 1995, a organização dos órgãos.

Art. 29. Ficam criadas, no âmbito do Ministério do Planejamento e Organizações:

I - a Comissão Política de Planejamento e Organizações;

II - a Comissão de Coordenação e Controle das Empresas Estatais;

III - a Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais.

§ 1º Ficam criadas as seguintes Secretarias Federais de Controle, DAS 101.6:

§ 2º Ficam criadas, no âmbito da Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, as seguintes cargas DAS 101.5:

§ 3º Ficam o Poder Executivo alterando a estrutura, até 31 de dezembro de 1995, a organização dos órgãos, bem como a estrutura, até 31 de dezembro de 1995, a organização dos órgãos, bem como a estrutura, até 31 de dezembro de 1995, a organização dos órgãos.

Art. 30. Ao Conselho Federal de Planejamento e Organizações, órgão superior de natureza consultiva, compete a elaboração de estudos e pesquisas de desenvolvimento nacional econômico e a coordenação das ações de natureza técnica e operacional, a execução de projetos de planejamento e a realização de estudos e pesquisas de desenvolvimento nacional econômico.

§ 1º O Conselho de que trata o artigo deste artigo será presidido pelo Ministro do Estado do Planejamento e Organizações e terá sua composição e a regulamentar sobre a competência pelo Poder Executivo, no prazo de noventa dias.

§ 2º O Ministério do Planejamento e Organizações proporá ao Conselho de que trata o artigo deste artigo a estrutura, até 31 de dezembro de 1995, a organização dos órgãos, bem como a estrutura, até 31 de dezembro de 1995, a organização dos órgãos.

Art. 31. Ao Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais compete a coordenação das ações de natureza técnica e operacional, a execução de projetos de planejamento e a realização de estudos e pesquisas de desenvolvimento nacional econômico.

I - estabelecimento de diretrizes gerais e estratégias básicas de política para a gestão das empresas estatais;

II - aprovação dos planos de gestão e dos acordos de desempenho entre a União e as empresas estatais;

III - aprovação dos parâmetros para a política de preços e tarifas das empresas estatais que atuam em mercados monopolistas ou oligopolistas, em consonância com os objetivos macroeconômicos, definidos pelo Ministério da Fazenda;

IV - estabelecimento da política de operações de crédito, inclusive operações de arrendamento mercantil, para as empresas estatais;

V - aprovação do projeto de plano de fomento e uso e do orçamento de investimento das empresas estatais;

VI - aprovação dos parâmetros para as políticas salarial e de benefícios e vantagens das empregadas das empresas estatais;

VII - aprovação dos projetos das normas técnicas de trabalho das empresas estatais, na forma de legislação em vigor;

VIII - estabelecimento de diretrizes para a atuação dos representantes da União nos conselhos de administração das empresas estatais.

Art. 32. O Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais terá:

I - como membros permanentes:

a) o Ministro do Estado do Planejamento e Organizações, que o presidirá;

b) o Ministro do Estado da Fazenda, que será seu Vice-Presidente;

c) o titular da Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais;

d) o titular da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda;

II - como membros não-permanentes:

a) o Ministro do Estado do Trabalho, em virtude de que faz parte do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais;

b) o titular do Ministério do Estado, em virtude de que faz parte do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais;

§ 1º Poderá participar das reuniões do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, a critério do Presidente, uma pessoa a mais.

I - os diretores-gerais das empresas estatais, em virtude de que fazem parte do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais;

II - os titulares de outros órgãos e entidades da Administração Federal, em virtude de que fazem parte do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais;

§ 2º A Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais atuará no âmbito da Secretaria-Geral do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais.

§ 3º Os Ministros do Estado terão atribuições em suas respectivas áreas respectivas.

§ 4º O Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais aprovará, no prazo de noventa dias, o seu Regulamento Interno.

Art. 33. As funções decorrentes das atividades previstas neste artigo das atividades decorrentes das atividades previstas neste artigo das atividades decorrentes das atividades previstas neste artigo.

Art. 34. Ficam criadas, no art. 15 da Lei nº 8.448, de 17 de setembro de 1993, o parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Excepcionalmente, um órgão integrante do Sistema de Controle Interno - CIST poderá ser designado para o exercício de FG servindo efetivo do quadro do Ministério de que o CIST é integrante."

Art. 35. Ficam aprovadas as atas produzidas em virtude da Medida Provisória nº 299, de 19 de janeiro de 1995.

Art. 36. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de fevereiro de 1995; 17º de Independência e 107º de República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
José Serra
Lula Carlos Brzezinski Pereira

ANEXO I

Art. 14 da Medida Provisória nº 299, de 16 de fevereiro de 1995.

CARRERA FINANÇAS E CONTROLE

DENOMINAÇÃO	SITUAÇÃO D.L. 2.248	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO NOVA
ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE	1000	1467	4800
TECNICO DE FINANÇAS E CONTROLE	4000	2444	2300
TOTAL	1000	3901	7100

ANEXO II

Art. 27 e 28 da Medida Provisória nº 299, de 16 de fevereiro de 1995.

SITUAÇÃO D.L. 2.248	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO NOVA
101.6	11	11
101.5	12	12
101.4	13	13
101.3	14	14
101.2	15	15
101.1	16	16
101.0	17	17
100.9	18	18
100.8	19	19
100.7	20	20
100.6	21	21
100.5	22	22
100.4	23	23
100.3	24	24
100.2	25	25
100.1	26	26
100.0	27	27
TOTAL	27	27

MP 00899

00016

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

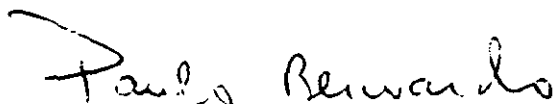
Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. Os cargos vagos integrantes das carreiras de que tratam os artigos 12 e 13 serão preenchidos, mediante concursos públicos de provas e títulos realizados anualmente ou sempre que o número de vagas exceda dez por cento dos respectivos cargos, ou, com menor número, observado o interesse da Administração, as disponibilidades orçamentárias e o disposto nas Leis de Diretrizes Orçamentárias."

JUSTIFICAÇÃO

Os quantitativos dos cargos de carreira de que tratam os artigos 12 e 13 devem ser administrados de forma contínua, de modo a dotar os respectivos sistemas de recursos humanos em quantidade suficiente para o exercício pleno de suas atividades. A forma de se assegurar a continuidade no recrutamento destes quadros é a fixação de uma regra de concursos públicos anuais, ou sempre que o número de vagas exceda a 10 % do total dos cargos, a exemplo do que se dispôs em relação aos cargos da Advocacia Geral da União.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP 00899

00017

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. As tabelas 4, 6 e 14 do Anexo VII da Lei nº 8.460, de 1992, ficam substituídas pelas constantes do Anexo.

ANEXO.

4. SERVIDORES DAS CARREIRAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E DE FINANÇAS E CONTROLE					
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO		
31/08/92	NOVA		31/08/92	NOVA	
CLASSE/PADR.	CLASSE	PADRÃO	CLASSE/PADR.	CLASSE	PADRÃO
		I			I
		II			II
	D	III		D	III
		IV			IV
		V			V
		VI			VI
		I			I
A/I		II	A/I		II
A/II	C	III	A/II	C	III
A/III		IV	A/III		IV
A/IV		V	A/IV		V
A/V		VI	A/V		VI
A/VI		I	A/VI		I
B/I e B/II		II	B/I e B/II		II
B/III e B/IV	B	III	B/III e B/IV	B	III
B/V		IV	B/V		IV
C/I e C/II		V	C/I e C/II		V
C/III e C/IV		VI	C/III e C/IV		VI
C/V e E/I		I	C/V e E/I		I
E/II	A	II	E/II	A	II
E/III		III	E/III		III

6. SERVIDORES DA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL			
SITUAÇÃO			
31/08/92	NOVA		
CLASSE	CLASSE	PADRÃO	CARGOS
		I	
I	B	II	300
		III	
II		IV	230
		V	
III		VI	180
		I	
IV	A	II	140
V		III	110

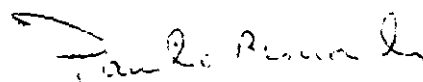
14. SERVIDORES DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - IPEA								
NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL INTERMEDIÁRIO			NÍVEL AUXILIAR		
SITUAÇÃO			SITUAÇÃO			SITUAÇÃO		
11/08/92	NOVA		11/08/92	NOVA		11/08/92	NOVA	
Class/Padr	CLASSE	PADRAO	Class/Padr	CLASSE	PADRAO	Class/Padr	CLASSE	PADRAO
		I			I			I
		II			II			II
	D	III		D	III		D	III
		IV			IV			IV
		V			V			V
		VI			VI			VI
A/I		I	VI		I	A/I		I
A/II	C	II	A/II	C	II		C	III
A/III		III	A/III		IV	A/II		IV
A/IV		IV			V			V
		V			VI	A/III		VI
B/I		I	B/I		I			I
B/II		II	B/II		II	A/IV		II
B/III	B	III	B/III	B	III		B	III
B/IV		IV	B/IV		IV	A/I		IV
		V			V			V
E/I		VI	C/I		VI	A/II		VI
		I			I			I
E/II	A	II	C/II	A	II	B/III	A	II
E/III		III	C/III		III	B/IV		III

JUSTIFICATIVA

Em vista do fato de que trata a Medida Provisória da situação dos servidores das carreiras do chamado "ciclo de gestão dos gastos públicos", relativamente a sua inserção nos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Controle Interno, mas se omite no tocante à questão remuneratória, e importante resgatar, assim como no tocante a proposta de instituição de retribuição adicional, equívocos ocorridos quando do enquadramento das carreiras e categorias na tabela de vencimentos do Anexo II da Lei nº 8.460/92. A vista das medidas posteriormente adotadas pelo Poder Executivo e pelos Poderes Legislativo e Judiciário relativamente aos vencimentos, e necessário atribuir vencimento inicial mais digno às carreiras.

A proposta, então, é no sentido alterar a regra de correspondência entre as classes e padrões das Carreiras e a Tabela de Vencimentos do Anexo II da Lei nº 8.460/92, atribuindo às classes iniciais vencimento mais adequado ao perfil e requisitos de ingresso, colocando-as em patamar de remuneração compatível com sua natureza e com a das que lhe são assemelhadas, em especial a Carreira Diplomática (cujo cargo inicial equivale ao padrão B I da mesma Tabela), Carreira de Gestão, Infraestrutura e Planejamento em Ciência e Tecnologia (vencimento inicial equivalente ao do padrão C IV da mesma Tabela de vencimentos). A medida é plenamente justificável em face dos requisitos para ingresso nas carreiras do "ciclo de gestão". Outras categorias, como Fiscais Previdenciários, Médicos, etc., integrantes do PCC, têm como vencimentos iniciais os do padrão C-I, C-III, sem que necessitem submeter-se a cursos de longa duração em Escolas de Governo. No caso das carreiras de Planejamento e Orçamento e Finanças e Controle, a data de sua criação (1987) o vencimento inicial correspondia ao do padrão NS - 10 do PCC. No caso dos Gestores Governamentais, equivalia ao dobro do último nível do PCC. Assim, e mais do que justo que se resgate a posição relativa dos vencimentos iniciais, assegurando retribuição justa aos servidores.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995



Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

MP 00899

00018

Medida Provisória nº 899, de 16 de fevereiro de 1995.

Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. . A Gratificação de Desempenho e Produtividade devida aos servidores ocupantes dos cargos de que tratam os artigos 12 e 13 desta Lei, atribuída mediante a aferição do desempenho individual, setorial e global, nos termos do regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo, observará o limite estabelecido para as vantagens de que tratam o art. 1º da Lei nº 8.477, de 29 de outubro de 1992, valendo cada ponto 0,0477 % deste limite, a partir de 1º de fevereiro de 1995, e o disposto no art. 1º da Lei nº 8.852, de 21 de dezembro de 1992.

§ 1º. A partir da instituição do limite a que refere este artigo, cessará a percepção, pelos servidores referidos no "caput", da Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 28 de agosto de 1992, bem assim da Gratificação de que trata o art. 7º da Lei nº 8.538, de 31 de dezembro de 1992.

§ 2º. A Gratificação de Desempenho e Produtividade calculada na forma prevista no "caput" deste artigo será devida no percentual de 50 % (cinquenta por cento) do seu teto até a regulamentação referida no "caput".

JUSTIFICATIVA

Ao editar a Medida Provisória nº 480, da qual a presente é reedição, o Poder Executivo assumiu, na Exposição de Motivos que a acompanha, o compromisso de promover, por meio de Medida Provisória, até novembro de 1994, melhoria salarial para os servidores das carreiras do chamado "ciclo de gestão dos gastos públicos" com base em critérios de estímulo à produtividade e o desempenho.

O compromisso, bem como a edição da própria Medida Provisória, que reestrutura os sistemas de planejamento, orçamento e controle interno, resultou de demoradas e desgastantes negociações entre os servidores e o Governo, tendo sido assumido após o encerramento de uma greve que mobilizou os servidores durante mais de 40 dias. Todavia, vencido o prazo, somente em dezembro de 1994 foi editada a Medida Provisória que instituiu a Gratificação de Desempenho e Produtividade, cujo valor fixado, no entanto, não é suficiente para resolver o problema a que se destina.

Em face disso, os setores de planejamento, políticas públicas, orçamento e finanças e controle, considerados estratégicos para o bom funcionamento e para a capacidade de gestão do Estado, vêm sofrendo esvaziamento e sucateamento acelerado: técnicos qualificados e experientes, mas cujos salários estão aviltados, vão abandonando o serviço público, ou transferindo-se para outros órgãos - inclusive no Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União - em busca de remuneração digna.

A fim de que se impeça o agravamento deste quadro, é relevante rever os valores fixados para a GDP, atribuindo-se ao Poder Executivo condições para que, de imediato, atenda ao que a greve recém-encerrada reivindicava, instituindo mecanismos de retribuição adequados aos servidores encarregados da gestão, do planejamento e do controle dos gastos públicos, equiparando suas remunerações às atribuídas aos servidores encarregados da arrecadação de tributos e

contribuições, por meio vantagens isonômicas atribuídas em função do desempenho, como declara a
Exposição de Motivos da MP 480.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1995

Paulo Bernardo

Deputado PAULO BERNARDO

PT/PR

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 901, DE 16 DE FEVEREIRO
DE 1995, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE
1990-CN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", (Reedição da MP
nº 841/95):

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Senador ADEMIR ANDRADE.	0021.
Deputado AUGUSTO CARVALHO.	0018.
Deputado PAULO ROCHA.	0009, 0013, 0014, 0015, 0016, 0017, 0022.
Deputado SÉRGIO CARNEIRO.	0001, 0002, 0003, 0004, 0005, 0006, 0007, 0008, 0010, 0011, 0012, 0019, 0020, 0023.

MP 00901

00001

Data: 22/02

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Prontuário: 182

1 ☒ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Texto:

Suprimam-se no art. 1º da MP nº 901/95 os incisos I e IV da nova redação
dada ao art. 2º da Lei nº 8031/90.

JUSTIFICATIVA

Tornar as Instituições Financeiras objeto de desestatização, a nosso juízo, não só demanda modificações no texto constitucional, como também dependem, se prevalecer o art. 192 da Constituição, de Lei Complementar ainda não aprovada para o sistema financeiro.

Com relação aos bancos estatais ligados aos governos estaduais, bem como à Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia, é importante que não se promovam a desestatização dessas instituições.

Assinatura:
sc1

Antônio Sérgio B. Carneiro

MP00901

00002

Data: 22/02/95

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Prontuário: 182

1 ☒ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Suprimam-se, no art. 1º da MP nº 901/95, o inciso VI da nova redação dada ao art. 4º da Lei nº 8031/90 e também a nova redação dada ao art. 8º e parágrafo único da mesma Lei.

JUSTIFICATIVA

Existe a lei específica tratando desse assunto que é a Lei de Concessão de Serviços Públicos, recentemente aprovada pelo Congresso e em fase de promulgação presidencial. Portanto, não se justificam os dispositivos acima mencionados na Medida Provisória 901/95.

Assinatura:
sc3

Antônio Sérgio B. Carneiro

MP00901

00003

Data: 22/02/95

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Prontuário: 182

1	<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2	<input type="checkbox"/> Substitutiva	3	<input type="checkbox"/> Modificativa	4	<input type="checkbox"/> Aditiva	5	<input type="checkbox"/> Substitutiva Global
---	--	---	---------------------------------------	---	---------------------------------------	---	----------------------------------	---	--

Página: 1/1	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
-------------	---------	------------	---------	---------

Suprima-se, no art. 1º da MP nº 901/95, as novas redações dadas aos arts. 6º e 7º da Lei 8031/90

JUSTIFICATIVA

Apesar de suas lacunas, é evidente que a competência dada pelo art. 6º da Lei 8031/90 é mais abrangente do que aquela prevista na nova redação dada ao art. 6º pela MP nº 901. A supressão da nova redação dada ao art. 7º, o qual alinha as atribuições do Presidente do Conselho Nacional de Desestatização, é resultado da rejeição do próprio Conselho (art. 6º).

Assinatura
scs

Sérgio Carneiro

MP 00901

00004

Data: 22/02/95

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Prontuário: 182

1	<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2	<input type="checkbox"/> Substitutiva	3	<input type="checkbox"/> Modificativa	4	<input type="checkbox"/> Aditiva	5	<input type="checkbox"/> Substitutiva Global
---	--	---	---------------------------------------	---	---------------------------------------	---	----------------------------------	---	--

Página: 1/1	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
-------------	---------	------------	---------	---------

Suprima-se, no art. 1º da MP nº 901/95, a nova redação dada ao art. 8º da Lei 8031/90 (Art. 9º na MP).

JUSTIFICATIVA

No art. 1º da MP 901/95, uma nova redação ao art. 8º da Lei 8031/90, o qual indubitavelmente, está melhor elaborado do que o governo ora propõe na Medida Provisória.

Assinatura
scs

Sérgio Carneiro

MP 00901

00005

Data: 22/02/95

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Prontuário: 182

1	<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2	<input type="checkbox"/> Substitutiva	3	<input type="checkbox"/> Modificativa	4	<input type="checkbox"/> Aditiva	5	<input type="checkbox"/> Substitutiva Global
---	--	---	---------------------------------------	---	---------------------------------------	---	----------------------------------	---	--

Página: 1/1	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
-------------	---------	------------	---------	---------

Suprima-se, no art. 1º da MP nº 901/95, a nova redação dada ao art. 10 da Lei 8031/90 (Art. 11 na MP)

JUSTIFICATIVA

O art. 1º da MP 901/95 dá nova redação ao art. 10 da Lei 8031/90, o qual está redigida com maior precisão e clareza do que o proposto na Medida Provisória

Assinatura: *Sérgio B. Carneiro*
 ac7

MP 00901

00006

Data: 22/02/95	Proposição: MP 901/95
Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO	Nº Prontuário: 182

1 ☒ Suprativa 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
-------------	---------	------------	---------	---------

Suprimam-se, no art. 1º da MP nº 901 /95, as novas redações dadas aos arts. 21 e 23 da Lei 8031/90.

JUSTIFICATIVA

O art. 1º da MP nº 901 dá novas redações aos artigos 21 e 23 da Lei 8031/90, os quais, apesar de suas lacunas, dão uma orientação mais segura ao PND.

Assinatura: *Sérgio B. Carneiro*
 ac13

MP 00901

00007

Data: 22/02/95	Proposição: MP 901/95
Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO	Nº Prontuário: 182

1 ☒ Suprativa 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
-------------	---------	------------	---------	---------

Suprima-se, no art. 1º da MP nº 901/95, a nova redação dada ao art. 11 da Lei nº 8031/90 (Art. 12 na MP).

JUSTIFICATIVA

O art. 1º da MP nº 901 dá nova redação ao art. 11 da Lei 8031/90, o qual está redigido com maior abrangência do que ora se propõe a Medida Provisória.

Assinatura: sc8 *Antonio Sergio B. Carneiro*

MP 00901

00008

Data: 22/02/95.	Proposição: MP 901/95
Autor: Deputado SERGIO CARNEIRO	Nº Prontuário: 182

1 <input type="checkbox"/>	Supressiva	2 <input checked="" type="checkbox"/>	Substitutiva	3 <input type="checkbox"/>	Modificativa	4 <input type="checkbox"/>	Aditiva	5 <input type="checkbox"/>	Substitutiva Global
----------------------------	------------	---------------------------------------	--------------	----------------------------	--------------	----------------------------	---------	----------------------------	---------------------

Página: 1/1	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
-------------	---------	------------	---------	---------

Substitua-se a nova redação dada pelo art. 1º da MP 901/95 ao § 3º do art. 2º da Lei nº 8031/94, nos seguintes termos:

"Art 2º

§ 3º - Não se aplicam os dispositivos desta Lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de acordo com os artigos 21, 159, inciso I, alínea "c" e o art. 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S A e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II do art. 192 da Constituição Federal"

JUSTIFICATIVA

A redação original da Lei nº 8031/90 determina que os dispositivos dessa Lei não se aplicam às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência da União, particularmente aquelas definidas pelo art. 21 em sua totalidade e não apenas pelos incisos XI e XXIII como propõe a MP nº 841.

O § 3º da MP nº 901 exclui do comando do caput do art. 2º - "Poderão ser objeto de desestatização, nos termos da Lei" - somente as empresas públicas ou sociedades de economia mista de que tratam os incisos XI e XXIII do art. 21. Ora, o que a MP nº 841 pretende é privatizar empresas, como, por exemplo, as que tratam de atividades e serviços estabelecidos pelo inciso XII do art. 21, as quais devem funcionar "mediante autorização, concessão ou permissão" como determina a Constituição Federal, em um regime bem distinto do que a privatização "tout court".

Assinatura: sc2 *Antonio Sergio B. Carneiro*

MP 00901

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 901

00009

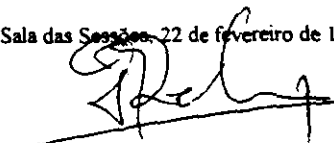
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso III, do art. 2º, da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, modificado pelo art. 1º, da Medida Provisória nº 901.

JUSTIFICATIVA

A redação dada ao inciso que pretendemos suprimir apresenta grave erro. De acordo com o dispositivo, poderão ser desestatizados os serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização, o que se constitui em flagrante inconstitucionalidade, uma vez que a competência para explorar alguns desses serviços estão expressamente definidos na Carta Magna. Assim, por exemplo, aos estados cabe explorar os serviços locais de gás canalizado, e, aos municípios cabe prestar os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo. O dispositivo em questão entra em confronto com a norma constitucional e, portanto, deve ser suprimido.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1995.



Deputado PAULO ROCHA

PT/PA

MP 00901

00010

Data: 22/02/95

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SERGIO CARNEIRO

Nº Prontuário: 182

1

☐ Supressiva

2

☒

Substitutiva

3

☐

Modificativa

4

☐

Aditiva

5

☐Substitutiva
Global

Página: 1/2

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Substitua-se a nova redação dada pelo art. 1º da MP nº 901 ao art. 5º da Lei nº 8031/90, pela seguinte:

"Art. 5º - O Programa Nacional de Desestatização terá uma Comissão Diretora, diretamente subordinada ao Presidente da República, composta de 13 membros titulares e igual número de suplentes nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada sua indicação pelo Senado Federal, sendo:

I - sete dos cargos de membro titular e seus suplentes serão exercidos por pessoas de notório saber em direito econômico, em administração de empresas, em mercados de capital, em economia e finanças, indicados pelo Presidente da República ao Senado Federal.

II - seis casos de membro titular e respectivos suplentes serão exercidos por servidores do Poder Executivo indicados pelo Presidente da República ao Senado Federal.

§ 1º - O Presidente da Comissão Diretora será indicado pelo Presidente da República.

§ 2º - Um representante do CADE - Conselho Administrativo de Defesa da Economia - participará também das reuniões da Comissão Diretora do PND.

§ 3º - Em cada processo de privatização, poderão participar das reuniões da Comissão Diretora do PND, um representante da empresa e outro dos trabalhadores, este escolhido em Assembleia Geral dos empregados da empresa em processo de desestatização".

JUSTIFICATIVA

Pela MP nº 901/95, o Programa Nacional de Desestatização passou a ter como "órgão superior de decisão" o chamado Conselho Nacional de Desestatização em substituição à Comissão Diretora prevista na Lei nº 8031/90 e em todas as reedições das Medidas Provisórias sobre privatização, nas quais se previa, ainda que formalmente, uma participação do Poder Legislativo. Agora com a MP nº 841/95 nem mesmo esse "mise en scène" o governo de FHC se permitiu. Não há mais nem mesmo a audiência do Senado Federal prevista na MP nº 772, de 20/12/94 e todo o poder decisório fica nas mãos do Presidente da República, ao qual está diretamente subordinado o Conselho Nacional de Desestatização presidido pelo seu Ministro-Chefe da Casa Civil.

O próprio § 9º da nova redação do art. 5º da Lei nº 8031/90, no art. 1º da MP 841/95 prevê que os Ministros que fazem parte do Conselho poderão ser representados, nas suas ausências e impedimentos, por substitutos por eles designados.

Por isso é que somos favoráveis, nos termos da emenda substitutiva ora proposta, que o PND tenha uma Comissão Diretora, diretamente subordinada ao Presidente da República, mas que o Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 52, item III, letra "f", da Constituição Federal, aprove a indicação dos 13 membros titulares (e seus suplentes).

Também, tendo em vista a imprescindível transparência dos processos de privatização, até agora eivados de irregularidades flagrantes, conforme constatou a CPI da Desestatização, impõe-se a audiência dos que estão diretamente afetados a direção da empresa e seus empregados. Também, a participação do CADE nos processos de privatização se torna indispensável para evitar a formação de monopólios privados.

Assinatura:

cc4a

Antônio Sérgio B. Carneiro

MP 00901

00011

Data: 22/02/95

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Prontuário: 182

1 ☐ Supressiva 2 ☒ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Substitua-se, na nova redação dada pelo art. 1º da MP 901/95 ao inciso IV do art. 13 da Lei nº 8031/90, pelos seguintes termos:

"Art. 13

IV - A alienação de ações de empresas e pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras será efetivada em moeda de circulação preferencial nos mercados internacionais e não poderá exceder a 40% (quarenta por cento) do capital votante, salvo autorização legislativa, que determine percentual superior".

JUSTIFICATIVA

Não há dúvida que a MP nº 901 elaborada pelo governo Fernando Henrique Cardoso é mais um retrocesso no papel do capital estrangeiro no processo de privatização. O inciso IV do art. 13 da Lei nº 8031/90, assinada por Fernando I, ou melhor, pelo ex-presidente Fernando Collor e sua Ministra Zélia Cardoso, previa ao menos a necessidade de autorização legislativa para a participação de capital em mais de 40%. O art. 13 da MP nº 841 impede que o Congresso Nacional opine sobre essa questão, propondo tão somente que o Poder Executivo possa determinar uma participação inferior a 100%.

Na presente emenda incorporamos a vontade expressa da maioria da Câmara dos Deputados, que ao examinar o Projeto de Lei nº 3.179/93 (de iniciativa do Poder Executivo), alterando o referido inciso IV do art. 13 da Lei nº 8031/90, aprovou tão somente a utilização de "moeda de circulação preferencial nos mercados internacionais" para evitar que o capital estrangeiro também utilizasse as atuais "moedas podres" e no futuro os títulos da dívida externa.

O governo FHC e sua equipe econômica, adeptos incondicionais da política do Banco Mundial de total abertura da economia, certamente vão considerar a presente proposta, que repete *ipsis litteris* o que os deputados aprovaram, como "discriminatória" ao capital externo.

Assinatura:
sc10

Antônio Sérgio B. Carneiro

MP 00901
00012

Data: 22/02/95

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Prontuário: 182

1

☐

Supersu

2

☒

Substitutiva

3

☐

Modificativa

4

☐

Aditiva

5

☐

Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Substitua-se, no art. 1º da MP 901/95, o art. 19 da Lei nº 8031/90 nos seguintes termos:

"Art. 19 - A Casa Civil da Presidência da República prestará o apoio necessário ao funcionamento da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.

§ 1º - A Casa Civil da Presidência da República assegurará à Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização local para funcionamento com instalações próprias adequadas aos seus membros, com a infra-estrutura necessária ao desempenho de suas atribuições e responsabilidades, na capital federal.

§ 2º - A Casa Civil da Presidência da República, por solicitação da Comissão Diretora, requisitará funcionários públicos de quaisquer dos Poderes da União, por tempo determinado, com a finalidade de prestar assessoria técnica aos membros da Comissão.

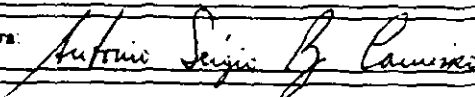
JUSTIFICATIVA

A Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização funciona, atualmente, sem espaço físico próprio e sem estrutura burocrática que lhe permitam atender as atribuições e responsabilidades conferidas por lei.

Assim, é imprescindível que se defina local para funcionamento, inclusive para as reuniões da Comissão Diretora.

Por outro lado, é indispensável a assessoria técnica necessária aos membros da Comissão para estudos e deliberação sobre cada processo de desestatização.

Assinatura:
sc12



MP00901

00013

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 901

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 3º, do art. 2º, da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, modificado pelo art. 1º, da Medida Provisória nº 901, a seguinte redação:

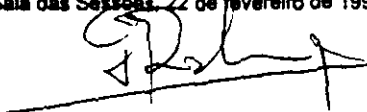
Art. 2º ...

§ 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII, do art. 21, art. 159, inciso I, alínea "c", e o art. 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A., à Caixa Econômica Federal, e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II do art. 192 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações.

JUSTIFICATIVA

A Caixa Econômica Federal é uma instituição que exerce funções altamente relevantes na execução de programas sociais. Sua atuação não está, necessariamente, vinculada a critérios puramente financeiros, já que a entidade exerce atividades típicas de Governo, onde o principal indicador de sucesso reside no retorno social atingido. Neste sentido, o papel da CEF jamais poderá ser exercido a contento pelo setor privado, o que é um forte argumento para excluí-la de qualquer iniciativa que autorize a sua privatização.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1995.



Deputado PAULO ROCHA
PT/PA

MP00901

00014

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 901

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 3º, do art. 2º, da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, modificado pelo art. 1º, da Medida Provisória nº 901, a seguinte redação:

Art. 2º ...

§ 3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII, do art. 21, art. 159, inciso I, alínea "c", e o art. 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A., à Caixa Econômica Federal, ao Banco Meridional S.A., e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II do art. 192 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias devedas por essas entidades, desde que não incida retrição legal à alienação das referidas participações.

JUSTIFICATIVA

A Caixa Econômica Federal é uma instituição que exerce funções altamente relevantes na execução de programas sociais. Sua atuação não está, necessariamente, vinculada a critérios puramente financeiros, já que a entidade exerce atividades típicas de Governo, onde o principal indicador de sucesso reside no retorno social atingido. Neste sentido, o papel da CEF jamais poderá ser exercido a contento pelo setor privado, o que é um forte argumento para excluí-la de qualquer iniciativa que autorize a sua privatização. Da mesma forma, o Banco Meridional tem assumido um papel relevante na consecução de investimentos produtivos no país, estando apto a se tornar um instrumento importante no desenvolvimento de projetos no contexto do Mercosul. Neste sentido, submetemos a presente emenda, com o intuito de evitar uma eventual privatização da CEF e do Banco Meridional.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1995.


Deputado PAULO ROCHA
PT/PA

MP00901

00015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 901, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1995

EMENDA MODIFICATIVA

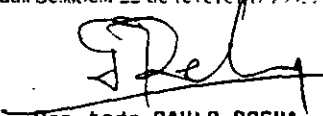
Dê-se a seguinte redação ao § 3º, do art. 2º, da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990.

"§ 3º - Não se aplicam os dispositivos desta lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII, do art. 21, art. 159, inciso I, alínea "c", e o art. 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A. e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II, do art. 192, da Constituição Federal, com relação às quais a União deverá manter participação acionária que lhe assegure, no mínimo, 51% de capital votante."

JUSTIFICATIVA

A emenda visa resguardar o conteúdo da Lei nº 8.031/90 em vigor e, assim, afastar a possibilidade da demasiada ampliação do programa de privatização, o qual tem se revelado como um instrumento danoso aos interesses nacionais, promovendo uma verdadeira política de desmonte do setor público e de transferência do patrimônio público a grupos privados em condições privilegiadas.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro 1995.


Deputado PAULO ROCHA
PT/PA

MP 00901

00016

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 901, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1995

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 5º, da Lei nº 8.031/90, modificado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 901, a redação seguinte:

"Art. 5º. O Programa Nacional de Desestatização terá como órgão superior de decisão o Conselho Nacional de Desestatização, diretamente subordinado ao Presidente da República, integrado pelos seguintes membros:

I - Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, na qualidade de Presidente;

II - Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento;

III - Ministro de Estado da Fazenda;

IV - Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado;

V - quatro representantes indicados pela Câmara dos Deputados;

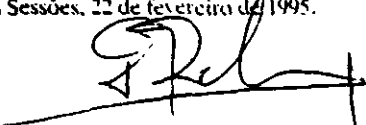
VI - três representantes indicados pelo Senado Federal.

§ 10º - Após iniciado o processo de desestatização da sociedade, deverão participar das reuniões atinentes ao Conselho Nacional de Desestatização, três representantes da diretoria e três representantes dos trabalhadores.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa assegurar que seja democratizada a composição do Conselho Nacional de Desestatização, com a indicação de seus membros compartilhada pelo Poder Executivo e Poder Legislativo, bem como pela participação de representantes da empresa e dos trabalhadores no processo decisório no âmbito da referida Comissão.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1995.



Deputado PAULO ROCHA

PT/PA

MP 00901

00017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 901, DE 16

EMENDA MODIFICATIVA

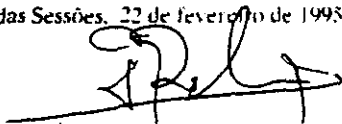
Dê-se ao art. 13, da Lei nº 8.031/90, modificado pelo art. 1º, da Medida Provisória nº 901, a redação seguinte:

Art. 13 A alienação de ações a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras será efetivada em moeda de circulação preferencial nos mercados internacionais e poderá atingir 100% do capital votante, salvo determinação expressa do poder Executivo, que determine percentual inferior.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa estabelecer alguma distinção de tratamento para o investidor estrangeiro e o investidor nacional que tencione assumir o controle de empresa privatizada. Nesse sentido, a abertura ao capital estrangeiro é viabilizada mediante a obtenção de uma contrapartida em moeda forte que permitirá ampliar as possibilidades de aplicação produtiva destes recursos internamente.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1995.



Deputado PAULO ROCHA
PT/PA

MP00901

00018

22 / 02 / 95	Proposição	Medida Provisória nº 901, de 16 de fevereiro de 1995
Autor		Nº PROPOSTA
DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS/DF)		
1 <input type="checkbox"/> SUPLENTE 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
Artigo	Parágrafo	Inciso

Acrescente-se no artigo 1º, no texto dado ao parágrafo 3º do art. 2º da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, o termo "Caixa Econômica Federal" após a expressão "Banco do Brasil S.A.", ficando com a seguinte redação:

"Art. 1º Os dispositivos adiante indicados da Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º.....

§3º Não se aplicam os dispositivos desta Lei às empresas públicas ou sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos IX e XXIII do art. 21, art. 159, inciso I, alínea "c", e o art. 177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S.A., a Caixa Econômica Federal e, ainda, ao órgão oficial ressegurador referido no inciso II do art. 192 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações."

JUSTIFICATIVA

A Exclusão da Caixa Econômica Federal do Programa Nacional de Desestatização - PND deve-se ao fato de a Entidade exercer funções de extrema relevância para a execução dos programas sociais, constituindo como braço financeiro do Governo Federal para atendimento às necessidades de habitação, saneamento e infra-estrutura urbana da população.

Resalta-se, ainda, que o papel desempenhado pela CEF jamais será exercido, à contento, pelo setor privado.

Sergio Carneiro

MP 00901

00019

Data: 22/02/95

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Proenário: 182

1 ☐ Suplementar 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Acrescente-se, na redação dada pelo art. 1º da MP nº 901/95 ao art. 16 da Lei 8031/90, o seguinte parágrafo:

"Art. 16

§ - Não se aplica o disposto no caput do presente artigo aos fundos referentes aos direitos dos trabalhadores, estabelecidos pelo item II do art. 7º e pelo art. 239 da Constituição Federal, havendo necessidade expressa de autorização legislativa para que eles possam ser utilizados como meios de pagamento para aquisição de bens e direitos no âmbito do PND".

JUSTIFICATIVA

Não se admite que o Presidente da República possa, por decreto, incluir as chamadas "moedas sociais", particularmente os recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, que já têm destinação específica, num Programa Nacional de Desestatização, em que a regra tem sido a formação de monopólios privados. Não somos contrários ao uso desses fundos, desde que com autorização legislativa.

Assinatura
scil

Sergio Carneiro

MP00901

00020

Data: 22/02/95

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Protsuário: 182

1 ☐

Supressiva

2 ☐

Substitutiva

3 ☐

Modificativa

4 ☒

Aditiva

5 ☐Substitutiva
Global

Página: 1/1

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Acrescente-se, ao art. 11 da Lei 8031/90, na nova redação dada pelo art. 1º da MP 901/95, o seguinte inciso:

"Art. 11

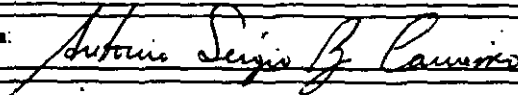
I - nas modalidades operacionais previstas no art. 4º desta Lei, será obrigatória a elaboração de um plano de pulverização de ações, ou a apresentação de justificativa de sua inviabilidade".

JUSTIFICATIVA

A emenda aditiva ora proposta reproduz o inciso "j" do art. 11 da Lei 8031/90, que foi vetado por Fernando I, ou melhor, pelo ex-presidente Collor, e que, inexplicavelmente, não é bandeira - a pulverização de ações - do atual presidente Fernando Henrique Cardoso. Na MP ora proposta, é evidente o descompromisso do renomado professor e ideólogo do PSDB com um dos mais importantes postulados da social-democracia, que é a democratização do capital.

Assinatura:

sc9



MP00901

00021

22/FEV/1995

MEDIDA PROVISÓRIA nº 901/95

SENADOR ADEMIR ANDRADE

008

1 ☐

Supressiva

2 ☐

Substitutiva

3 ☒

Modificativa

4 ☐

Aditiva

5 ☐Substitutiva
Global

01/01

2º

539

No art 2º da Medida Provisória o parágrafo 3º passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º

"§3º - Não se aplicam os dispositivos desta Lei às Empresas Públicas ou Sociedade de Economia Mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União, de que tratam os incisos XI e XXIII do Art.21, Art. 159, Inciso I, Alínea "C", e o Art.177 da Constituição Federal, ao Banco do Brasil S/A., Caixa Econômica Federal, e, ainda ao órgão oficial ressegurador referido no Inciso II do Art.192 da Constituição Federal, não se aplicando a vedação aqui prevista às participações acionárias detidas por essas entidades, desde que não incida restrição legal à alienação das referidas participações."

Justificativa

A Caixa Econômica Federal, como banco social e comercial, possui profundas ligações com a sociedade brasileira, especialmente com a classe trabalhadora de baixa renda, através da administração de programas sociais e atendendo os pequenos poupadores, além de ser o maior banco brasileiro em volume de depósitos e empréstimos, e em financiamentos, o que comprova o quanto ela é fundamental para a nação.


Senador Ademir Andrade

MP 00901

00022

MEDIDA PROVISÓRIA N

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o parágrafo único, no Art. 16, da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, modificado pelo Medida Provisória nº 901.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo que se quer suprimir autoriza o Presidente da República a incluir novos meios de pagamento e modalidades operacionais no PND, sem que seja necessária a anuência do Poder Legislativo. Em nosso entendimento, matéria de tal relevância, que envolve a aplicação de patrimônio da Nação, não pode ser formulada e conduzida por meia dúzia de especialistas, sem que a sociedade, representada pelo parlamentares, tenha voz nas decisões. Diante disso, propomos a supressão do referido parágrafo, de forma que uma eventual inclusão de novas "moedas de privatização" seja submetida à autorização legislativa.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1995.


Deputado PAULO ROCHA

PT/PA

MP 00901
00023

Data: 22/02/95

Proposição: MP 901/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Prontuário: 182

1

☐

Supressiva

2

☐

Substitutiva

3

☐

Modificativa

4

☒

X

☐

Páginas: 1/2

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Acrescente-se onde couber na MP 901/95 o seguinte artigo:

"Art. - O Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional para apreciação e deliberação o Programa Nacional de Desestatização, contendo necessariamente, as seguintes informações:

I - relação de empresas a serem privatizadas;

II - planos individualizados de privatização das empresas que contenham os seguintes dados:

a) justificativa de privatização, indicando o percentual do capital social da empresa a ser alienada;

b) data do ato que determinou a constituição da empresa originariamente estatal ou, se estatizada, data, ato e motivo que determinaram sua estatização;

c) passivo das empresas, a curto, médio e longo prazos, indicando os responsáveis pelos mesmos após a privatização;

d) situação econômico-financeira de cada empresa, especificando os lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional ou recebimento de recursos providos pelo Governo Federal, nos últimos cinco exercícios sociais;

e) indicação da utilização dos recursos oriundos da privatização;

f) informações sobre a existência ou não de controle de preços sobre produtos ou serviço da empresa a privatizar e qual a variação dos mesmos nos últimos 5 (cinco) exercícios e respectiva comparação com os índices de inflação;

g) descrição do volume de recursos investidos pelo Estado nos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, no caso de empresas privadas estatizadas, e de como serão recuperados esses recursos após a privatização.

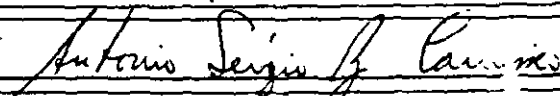
Parágrafo Único - O Congresso Nacional deverá se manifestar dentro de 60 (sessenta) dias sobre a matéria do caput deste artigo, a partir da data do seu recebimento, findo os quais o Poder Executivo dará prosseguimento ao programa de privatização.

JUSTIFICATIVA

É de competência exclusiva do Congresso Nacional, artigo 49, inciso X, da Constituição Federal, "fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer das suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração Indireta". Isso se torna mais verdadeiro na polêmica questão da desestatização que se terá um desenlace consentâneo com os altos interesses da Nação se, realmente, a sociedade, através do Congresso Nacional, dela participar ativamente.

Não menos importantes são as vultuosas quantias envolvidas em cada processo de privatização, suas implicações políticas, econômicas e sociais.

Em razão disso, faz-se necessário que o Congresso Nacional manifeste sua posição acerca do PND proposto pelo Poder Executivo e o faça num prazo determinado, principalmente agora em que se inicia uma nova legislatura e que o neoliberalismo começa a dar seus primeiros "frutos", como se pode avaliar pela crise mexicana.

Assinatura
nº 149


Ata da 8ª Sessão, em 24 de fevereiro de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Artindo Porto – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Francelino Pereira – Geraldo Melo – Jader Barbalho – Jefferson Peres – José Alves – José Arruda – José Fogaça – José Sarney – Júlio Campos – Lúcio Alcântara – Marina Silva – Nabor Júnior – Osmar Dias – Roberto Requião – Romeu Tuma – Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Romeu Tuma.

São lidas as seguintes

Brasília, 23 de fevereiro de 1995

Senhor Presidente,

Cumprindo o art. 39, alínea a do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que estarei ausente do país no período de 25 de fevereiro a 4 de março/95.

Cordialmente, Senador Hugo Napoleão, Líder do PFL no Senado Federal.

Em, 23 de fevereiro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, ausentar-me-ei dos trabalhos da Casa no período de 26 de fevereiro a 5 de março, a fim de tratar de assuntos particulares.

Atenciosas saudações. – Senador Júlio Campos, Segunda Vice-Presidência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – As comunicações lidas vão à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupando a tribuna, trago à reflexão o problema da ciência e da tecnologia no Brasil. Hoje, no entanto, venho, não para denunciar o estado lastimável em que se encontra esse setor, mas para cumprir um relevante compromisso de campanha.

Quero chamar a atenção dos meus nobres Pares para o compromisso que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso urgentemente tem que honrar, qual seja, a valorização da pesquisa, visando o desenvolvimento tecnológico do País.

Certamente não constitui novidade para ninguém o quanto o crescimento econômico está diretamente relacionado à capacidade de se produzir e gerar conhecimento e inovação tecnológica. Igualmente, não há dúvida de que, em face do panorama mundial de acelerada abertura econômica, a sobrevivência da iniciativa privada nacional dependerá exclusivamente do seu engajamento numa política de investimento pesado nos setores de tecnologia e ciência.

Nesse contexto, V. Ex^{as} indagariam a que perspectivas o povo brasileiro pode, então, ater-se quando o assunto é o desafio do seu novo Governo frente à crônica situação em que encontram a ciência e a tecnologia nacionais?

Às vésperas da virada do século, cumpre ao novo Governo preparar e executar, sem perda de tempo, uma política nacional que venha, decisivamente, estabelecer parâmetros mais avançados para o crucial setor de ciência e tecnologia. A definição de uma política geral para o setor vai contribuir muito para retirar os pesquisadores brasileiros da desoladora atual situação da indigência financeira, de isolamento intelectual e da evasão institucional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as estatísticas não costumam mentir. Por isso, sinto-me na obrigação de reproduzir alguns números recentemente divulgados pela imprensa nacional, com o propósito de tecer comparações estarrecedoras, no mínimo, sobre o tema.

Enquanto nos Estados Unidos abrigam-se um milhão de pesquisadores dotados de orçamento que gira em torno de noventa bilhões de dólares, no Brasil, cerca de apenas sessenta e cinco mil pesquisadores dispõem de recursos abaixo de três bilhões de dólares.

O relatório da UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, divulgado em 1994 durante reunião internacional, não só confirma tal disparidade numérica, como também aponta que 80% das pesquisas realizadas no mundo são provenientes dos países industrializados.

Pior do que isso seria o caso de se aventar uma virtual comparação com a Coreia do Sul. Considerado um dos quatro Tigres Asiáticos, esse país, que ostenta um PIB aproximado de 300 bilhões de dólares, absorve mais de 70 mil profissionais em torno de seus centros de pesquisas, com uma dotação orçamentária estimada em cerca de 4 bilhões de dólares.

A Coreia, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, possui uma população calculada em 60 milhões de habitantes e prevê para o ano 2000 a formação de mais de 150 mil cientistas para exercer funções de pesquisa em seus laboratórios de excelência, ao passo que o Brasil... Ora, como é possível tamanho contraste? É simples. O diagnóstico mais elementar aponta caso explícito de mentalidade! Trata-se, lastimavelmente, de um mal do qual o País precisa curar-se definitiva e rapidamente.

Pelo menos, do ponto de vista filosófico de se conceber políticas públicas mais recomendáveis, as mudanças já estão em curso. Nesse sentido, dentre as prescrições políticas mais recomendáveis, a elevação do percentual de investimento em pesquisa de desenvolvimento tecnológico, com relação ao PIB, constitui prioridade máxima.

Consciente disso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso já determinou que durante sua gestão os investimentos oficiais na área saltarão do patamar atual de seis décimos para um por cento do PIB. O Governo se compromete a quase dobrar sua participação nos programas de fomento à pesquisa e à ciência junto às suas agências nacionais – CNPq, CAPES e FINEP –, bem como junto a nossa querida Embrapa.

Agora, porém, longe de se viabilizar a implementação de projetos megalomaniacos, tão em voga em tempos recentes no desenvolvimento do País, o nosso governo deve contemplar investimentos em tecnologias que tragam resultados práticos para o sistema produtivo nacional.

A contar com a alta formação acadêmica do Presidente da República e, portanto, com a sua sincera sensibilidade à questão, isso equivale a dizer que, se depender da filosofia impressa em seu

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 8ª SESSÃO, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1995

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Comunicações

- Do Senador Hugo Napoleão, de ausência do País no período de 25 de fevereiro a 4 de março do corrente.

- Do Senador Júlio Campos, de ausência do País no período de 26 de fevereiro a 5 de março do corrente.

1.2.2 - Discursos do Expediente

SENADOR JÚLIO CAMPOS - Situação da ciência e tecnologia no País.

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - Apelo à Mesa para dotar as Comissões Permanentes de melhores condições de funcionamento, tendo em vista a otimização dos trabalhos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY - Indicação da Sra. Ruth Cardoso para a Presidência do Conselho Consultivo do Programa da Comunidade Solidária. Quadro social do Brasil.

SENADORA MARINA SILVA - Prisão de madeireiros em Sena Madureira, no Acre, por crimes contra o meio ambiente. Utilização de culturas perenes como forma de aumentar a renda familiar na região Amazônica.

1.2.3 - Comunicações da Presidência

- Recebimento da Mensagem nº 65, de 1995 (nº 222/95, na origem), de 23 do corrente, pela qual o Presidente da República informa sua ausência do País no período de 28 de fevereiro a 1º de março do corrente.

- Prejudicialidade, nos termos da alínea a, do art. 334 do Regimento Interno, dos Requerimentos nºs 929/92, 1172, 1220, 1243 1244, 1246 a 1253, 1256 a 1264, 1266 a 1269, 1271, 1273 a 1275, 1277 a 1279, 1281, 1283 e 1284, de 1993 e 130, de 1995, visando inclusão em Ordem do Dia de projetos que mencionam, os quais voltam às comissões competentes para parecer.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 905, de 21 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a instituição de crédito fiscal, mediante ressarcimento do valor de contribuições sociais (PIS/PASEP e COFINS), nos casos que especifica, e dá outras providências; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 906, de 21 de fevereiro de 1995, que autoriza o Poder Executivo a contratar com a Itaipu Binacional pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional, com títulos da dívida externa brasileira, denominados "Brazil Investment Bond - BIB", em valor correspondente a até US\$ 92.800.000,00 (noventa e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América); designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 907, de 21 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o parágrafo 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 908, de 21 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o valor do salário mínimo. Altera disposições das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República da Medida Provisória nº 909, de 21 de fevereiro de 1995, que dá nova redação a dispositivos das leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, e 8.541, de 23 de dezembro de 1992, que alteram a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza, e dá outras providências; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 910, de 21 de fevereiro de 1995, que altera o art. 60 da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 1994; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 911, de 21 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real, e dá outras providências; designação de Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação da matéria.

1.2.4 - Ofício

Nº 048/95, de autoria do Senador Jader Barbalho, referente à indicação dos vice-líderes da Bancada do PMDB no Senado.

1.2.5 - Requerimentos

Nº 225, de 1995, de autoria do Senador Vilson Kleinubing, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 24 de fevereiro e 1º, 2 e 3 de março próximo. Votação adiada por falta de quorum.

Nº 226, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 24 do corrente e 1º, 2, 3 e 6 de março próximo. Votação adiada por falta de quorum.

1.2.6 - Comunicações

- Do Senador José Sarney, de ausência do País nos dias 22 e 23 do corrente, para integrar Comitiva do Exmo. Sr. Presidente da República, a fim de assistir às cerimônias de posse do Presidente da República Oriental do Uruguai.

- Do Senador Leomar Quintanilha, Líder do PPR, referente à substituição dos Senadores anteriormente indicados para integrar a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 901, de 16 de fevereiro de 1995.

1.2.7 - Comunicação da Presidência

- Término do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 13 a 18, sendo que aos de nºs 14, 16 e 17 não foram oferecidas emendas, e aos de nºs 13, 15 e 18 foram oferecidos uma, três e cinco emendas, respectivamente.

1.2.8 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - MESA DIRETORA

3 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 - COMISSÕES PERMANENTES

programa de governo, não haverá quaisquer cortes no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

De maneira inédita na história recente do Brasil, a dotação orçamentária reservada à Pasta da Ciência e Tecnologia será contemplada, no ano fiscal de 1995, com o montante estimado em mais de 1 bilhão de dólares! Em relação ao Orçamento de 1994, a elevação de recursos é de quase 50%.

Ora, o Governo já está fazendo a sua parte. É muito, mas não é tudo, pois ainda restam outras distorções. Como se ainda não bastasse, mais grave é a constatação de uma realidade absolutamente retrógrada no que concerne à composição de recursos que são destinados ao setor. Num flagrante deplorável de distorção do papel do Estado, os cofres públicos respondem por cerca de 85% dos financiamentos anualmente reservados para o desenvolvimento de pesquisas.

Em contrapartida, o setor privado do Brasil se encarrega apenas dos 15% restantes, o que significa uma taxa bem aquém do plausível, se comparada com os patamares adotados na maioria dos países ricos. A título de ilustração, vale realçar que a iniciativa privada no Japão e nos Estados Unidos se compromete com cerca de 50% dos recursos destinados à ciência e tecnologia. Na própria Coreia, as empresas chegam a investir montantes tão expressivos que atualmente respondem por 70% do total aplicado no setor. Observem o contraste: na Coreia, a iniciativa privada investe 70% dos recursos destinados à pesquisa; no Brasil, apenas 15%.

O Sr. Romeu Tuma – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. JÚLIO CAMPOS – Com muita honra, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma – Senador, penso que é de vital importância o seu pronunciamento, e aqui aproveito a oportunidade porque o tema é atual, em razão dos últimos noticiários que a imprensa escrita e televisada tem levado ao ar no processo de concorrência e implantação de dois importantes sistemas: o Sivam e o Sipam. É importante a instalação urgente desses sistemas, não só para proteção aos vãos das aeronaves que cortam os céus da Amazônia, mas também pela falta de segurança total nas quais as nossas fronteiras se encontram, onde o crime organizado tem a facilidade de transitar, com o tráfico de drogas e o de armas, e todos os delitos que uma fronteira aberta possa oferecer. Com um pouco de tristeza vi ontem nas televisões a possibilidade de um brasileiro intermediar a conquista de cinco espiões americanos para o furto de projetos. Como sei que esta Casa deve ter analisado na Legislatura anterior um processo de financiamento desses projetos, no valor de 1 bilhão de dólares, eu gostaria de propor, através desta oportunidade que V. Ex^a me concede, interrompendo seu brilhante discurso, que a Comissão de Relações Exteriores faça, na sua primeira reunião, uma análise do que realmente está acontecendo, para que o Brasil amanhã não venha a sofrer consequências graves no campo internacional em virtude de alguns deslizos que possam ter sido cometidos. A minha intervenção não representa uma acusação. Não teria base para assim proceder. Julgo, entretanto, de extrema importância que se dê velocidade a esses projetos, que vêm tramitando há mais de quatro anos. Conheço o início de sua tramitação. É esta a sugestão que faço. Cumprimento V. Ex^a pela oportunidade do discurso.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Incorporo com muita honra o aparte do eminente Senador Romeu Tuma ao nosso pronunciamento. Quero esclarecer que no final da Legislatura passada o Senado Federal, através de suas Comissões técnicas e deste próprio Plenário, aprovou o empréstimo de mais de 1 bilhão de dólares para os projetos que visam à segurança na região Amazônica.

E V. Ex^a não imagina, Senador Romeu Tuma, o quanto houve de pressão junto a vários Senadores desta Casa para que esse projeto não fosse aprovado. Até mesmo maledicências de pessoas interessadas na não aprovação, lobistas que estiveram aqui, nos últimos dias, pressionando esta Casa para que deixássemos aquele importante pleito do Governo Federal sem a sua devida aprovação, deixando que esta se desse nesta nova legislatura.

Felizmente, num gesto de boa vontade, as comissões técnicas: de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores, de Constituição, Justiça e Cidadania, todas realmente entenderam da necessidade da sua aprovação. Alguns colegas, num esforço concentrado, conseguiram colocar em pauta, e nós tivemos o prazer, como Membros da Mesa Diretora anterior, na qualidade de 1º Secretário, de ajudar o aceleramento dessa votação e dar condições para que o Governo Federal pudesse contrair esse financiamento e realmente dotar a nossa região Amazônica de um sistema de vigilância e segurança à altura daquilo que o nosso País necessita.

O Sr. Romeu Tuma – Só acrescentando, se me permite, Senador. A sua proposta de investimento no desenvolvimento de tecnologia e da ciência nacional terá uma grande oportunidade, acredito eu, com o desenvolvimento desses dois projetos com empresas brasileiras.

O SR. JÚLIO CAMPOS – Muito obrigado.

Mas, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o que justifica, então, o Brasil sustentar desequilíbrios tão aviltantes? Nada! Afinal, com o ingresso do País numa nova ordem política sob as diretrizes racionais da economia de mercado, ganha o setor privado destaque no desempenho de alavancar os meios de desenvolvimento da produção nacional. A palavra de ordem hoje é competitividade. A lógica da economia liberal em escala transnacional demanda por alta qualidade como parâmetro de concorrência. Sob esse raciocínio, mais do que qualquer outro setor da sociedade, convém indiscutivelmente aos interesses da iniciativa privada apostar em financiar centros de pesquisa no Brasil.

Na verdade, os empresários já parecem despertar para a nova realidade. Pelo menos, é assim que tem declarado o notável e competente Ministro da Ciência e Tecnologia, Dr. José Israel Vargas, cuja permanência na Pasta, numa acertada decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, só demonstra a seriedade e a retidão de seus propósitos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, segundo o Ministro da Ciência e Tecnologia, desde a implantação da Lei nº 8.661, de 1993, que dispõe sobre os incentivos fiscais para capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, os investimentos da iniciativa privada em pesquisa têm sido crescentes.

Todavia, Sr. Presidente, não têm sido suficientes.

Para reverter o quadro, a alternativa mais viável tem consistido na forma de estimular parcerias entre universidade e setor privado. Tal cooperação não poderia ser mais oportuna. Se, de um lado, é nas universidades que se encontram os grandes centros de excelência para pesquisa, de outro, é no setor privado que se pode melhor resolver a crise de escassez de verbas por que têm passado pesquisadores e os programas de pesquisa do País.

A expectativa é a de que as indústrias brasileiras aproveitem o momento da abertura comercial e redobrem os esforços no sentido de elevar rapidamente sua participação em ciência e tecnologia. Isso, de fato, já vem acontecendo, ainda que timidamente, no campo de informática, setor cujas empresas têm-se servido recorrentemente de bancos de dados montados pelas universidades brasileiras para atendimento a consultas de natureza tecnológica ou do aprimoramento profissional.

Aliás, uma das condições indispensáveis a partir da qual as agências financeiras internacionais se dispõem a liberar recursos

para pesquisa tem sido exatamente a verificação do percentual participativo da iniciativa privada no setor.

Assim, não é à toa que tanto o Banco Mundial quanto o BID têm exigido do Governo brasileiro maior empenho na gestão de políticas de incentivo fiscal junto ao empresariado para incrementar investimentos em programas de pesquisa. Mais do que isso, ambos os bancos têm acertadamente cobrado do Estado reformas administrativas que dinamizem o prometido processo de desburocratização e racionalização da máquina pública.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, convicto de que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – do qual o nosso Partido, o PFL, faz parte como um dos seus principais aliados – tem consciência da necessidade de ajustar a Administração Pública a padrões de eficiência, sob princípios rígidos de modernização organizacional, não há como deixar de vislumbrar horizontes cujas sombras protegem imagens de um Estado enxuto, sensato e ágil a curto prazo.

Reitero: as primeiras medidas adotada pelo Governo Federal só fazem concretizar nossas expectativas. A austeridade com que a nova administração tem tratado as contas públicas atesta que os princípios de probidade e moralidade estão sendo seguidos à risca. Em vez do descontrole irresponsável dos gastos públicos, tão comum em gestões anteriores, o Erário se pauta hoje pela lógica da racionalidade dos recursos.

Sob essa orientação, a Pasta de Ciência e Tecnologia deve atender, com rigor, aos requisitos de "rentabilidade" na alocação de verbas. Desse modo, seguramente sobrarão recursos a serem aplicados na melhoria de salários e infra-estrutura para os pesquisadores, o que evitaria, por sua vez, o fluxo de evasão da inteligência brasileira para os centros do Primeiro Mundo.

Grças a estímulos dessa ordem, tenho certeza de que a equipe de resistentes pensadores brasileiros estará disposta a permanecer no País e a dedicar sua capacidade intelectual à causa do saber científico e tecnológico. Em contrapartida, a população brasileira estará apta a cobrar de seu "corpo pensante" maior intervenção no grande diálogo científico mundial e, em cadeia, maior legitimidade na conquista do reconhecimento de competência em foros internacionais.

É provável que dessa maneira o Brasil abandone a fase de indiferença que atravessa nos ciclos das grandes publicações especializadas. De acordo com os dados publicados na Folha de S. Paulo, não houve, durante o ano de 1994, um registro sequer de pesquisador brasileiro nas duas principais revistas multidisciplinares norte-americanas.

Aliás, Sr. Presidente, se nos confinássemos apenas ao exame da produção científica na América latina, ainda assim, em termos proporcionais, a posição do Brasil não seria menos vergonhosa. Pesquisas indicam que, sob o estrito critério do impacto qualitativo gerado junto aos centros internacionais, as publicações de países como Costa Rica, Venezuela e México superam em muito as do nosso País.

Isso é inadmissível!

Contudo, para romper em definitivo esse perverso isolamento da ignorância, a solução mais inteligente aponta no caminho do investimento ostensivo na Educação. O sistema educacional brasileiro, que há anos vem sendo vítima do descaso e da incompetência gerencial dos sucessivos governos, merece a atenção de nossas autoridades.

De que adiantaria priorizar o desenvolvimento de pesquisas no País se à maioria avassaladora de nossas crianças e jovens sequer é oferecida a oportunidade de decifrar códigos de intervenção no complexo mecanismo de produção e utilização do conhecimento?

Sem pretensões proselitistas, faço minhas as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao declarar, por ocasião de seu pronunciamento de posse, que "para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi-analfabetismo em massa".

Dessa forma, outro fim a que se destinariam os recursos racionalizados de uma política avançada para o setor de pesquisa seria a formação educacional básica. A formação científica nas escolas é imprescindível e precisa ser apoiada em todos os níveis.

A julgar pela intrincada rede de interesses na qual a questão do desenvolvimento da pesquisa no Brasil está envolvida, podemos, sem hesitação, deduzir que é absolutamente procedente a insistência do Ministro Israel Vargas em clamar pela urgência da reestruturação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

Mediante esse valioso instrumento de orquestração política, o setor vai poder estar confortavelmente ancorado na coordenação múltipla, em cujo âmbito ministros de Estado e "notáveis" da área se reunirão para formular e implementar programas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico. O respectivo órgão vai prestar serviço de assessoramento ao Presidente da República.

Em conclusão, qualquer que seja o encaminhamento que a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso tome em direção à consecução de uma política que organize e promova o setor de ciência e tecnologia, cabe a esta Casa, por fim, mobilizar-se no sentido de acelerar a tramitação e a aprovação do projeto de lei que prevê a reestruturação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

De iniciativa exemplar do Poder Executivo, esse projeto representa mais um passo na corrida contra o relógio implacável do sucateamento de nosso parque industrial, de nossa tecnologia, e, sobretudo, de nossa inteligência.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o momento não é de espera. É hora de todos os segmentos da sociedade brasileira esquecerem suas diferenças ideológicas e abraçarem a causa do crescimento econômico do País. E, para isso, nada mais emblemático que confiar nosso endosso cabal à eleição da pauta da ciência e tecnologia como prioridade máxima nesse Governo que se inicia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Entendo que V. Ex^a está pedindo a palavra na forma do art. 14, II, a, do Regimento Interno, para fazer uma comunicação inadiável. Nesses termos, concedo a palavra a V. Ex^a por 5 minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para uma breve comunicação.) – Bem, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, na verdade, inadiável não é, mas diria que de certa importância.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a disse que era inadiável. Portanto, dá à Mesa condições de dizer-lhe que não poderia falar neste instante, mas somente depois dos oradores inscritos.

Pergunto-lhe, então, se é inadiável, porque temos oradores inscritos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sim. Agradeço a tolerância de V. Ex^a Serei brevíssimo.

Na oportunidade em que V. Ex^a está presidindo a sessão, quero dizer, em primeiro lugar, que me sinto bastante otimista quanto às primeiras providências que a Mesa está adotando, mas gostaria de fazer um destaque especial com relação às comissões.

Ontem, juntamente com o Senador Iris Rezende, com quem colaborarei como Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fizemos uma visita àquela Comissão e, de cer-

ta maneira, fiquei perplexo, não apenas em relação àquela Comissão, mas também com relação às demais comissões permanentes que funcionam no Senado Federal, quanto a sua situação, seja em face das instalações, apoio de funcionários ou de pessoal.

Como bem sabe V. Ex^a, a partir da Constituição de 1988 as comissões passaram a ter caráter terminativo, as comissões de mérito, as comissões permanentes. Tudo isso com vistas a descentralizar o trabalho legislativo, a otimizar o funcionamento das Casas do Congresso Nacional.

No entanto, diferentemente da Câmara dos Deputados, de onde sou egresso, assim como outros companheiros, onde as comissões têm melhores condições de funcionamento – seja de natureza física, material, de pessoal e até de contratação de assessorias para assistência aos trabalhos da comissão –, e, entre tantas preocupações que V. Ex^a e a Mesa Diretora têm com a melhoria dos trabalhos do Senado Federal, gostaria de fazer um apelo especial, considerando o empenho que todos estamos tendo aqui para dinamizar os trabalhos do Senado, e a relevância das comissões.

Tomei conhecimento, por exemplo, de que determinado Senador se elegia Presidente de uma comissão, ocupava as instalações reservadas ao Presidente da comissão, e terminando seu mandato dizia: "Daqui não saio mais. Aqui vou permanecer com o meu gabinete". Consequentemente, não há mais, hoje, condições razoáveis de funcionamento dessas comissões.

Quero concluir agradecendo V. Ex^a. A comunicação é importante, mas não era inadiável. Agradeço a tolerância que V. Ex^a teve, concedendo-me a palavra. Creio que não cheguei a usar nem mesmo os 5 minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa, para poder permitir a V. Ex^a usar da palavra, continua considerando a comunicação de V. Ex^a como inadiável.

O assunto levantado pelo Senador Lúcio Alcântara, evidentemente, está sendo examinado pelo Sr. 1º Secretário, e a Assessoria da Mesa informa a esta Presidência que os móveis foram retirados da comissão para atender aos gabinetes dos Senadores, em caráter emergencial. A partir da segunda-feira da outra semana já teremos essa situação regularizada.

Mais uma vez, peço a compreensão dos Srs. Senadores para o início desta legislatura em que estamos tendo inúmeros problemas de natureza administrativa, de natureza legislativa. Estamos procurando resolvê-los da melhor maneira possível, para que o Senado, o mais rapidamente, possa ter condições e possa cumprir com a sua missão. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Sarney, Srs. e Srs. Senadores, estive presente à instalação do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária, presidido pela antropóloga Ruth Cardoso, uma vez que considero de extrema importância acompanhar os passos que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso venha a dar para combater a fome e a miséria em nosso País.

Não questiono o fato de o Presidente ter designado sua senhora para presidi-lo. Primeiro, porque ela reuniu, ao longo de sua vida, credenciais, como professora e pesquisadora da USP e do CEBRAP, muitas vezes voltadas para os temas relacionados a esse Conselho, e está capacitada para realizar um trabalho sério; e, segundo, porque se trata de função paralela à do Governo, não remunerada, não havendo, portanto, favorecimento a pessoa de laço familiar tão estreito. Por outro lado, e aqui cabe chamar a atenção para isto, muito maior é a responsabilidade do próprio Presidente

da República em que haja ações bem sucedidas no Programa Comunidade Solidária por, justamente, ter designado sua senhora para coordená-lo.

Podemos lembrar episódios como o da Sr^a Rosane Collor, que, ao presidir a LBA, e tendo aquela instituição sido caracterizada por problemas sérios, o Presidente Fernando Collor de Mello, obviamente, acabou sendo responsabilizado por isso.

A Secretaria Executiva do Programa, Anna Maria Peliano, divulgou, em janeiro de 1995, documento que expressa as diretrizes de atuação do Governo na área social, definida como prioridade pelo Presidente em todos os discursos por ele proferidos, antes, como candidato, ou agora. A situação de miséria de imensa parte da população requer enérgica dedicação para se eliminar esta carga social.

A tarefa não é de fácil execução, mas todos os esforços têm que ser empregados para que possamos, o quanto antes, erradicar a miséria e alcançar o ideal de uma sociedade justa e fraterna. Preocupamos que as medidas anunciadas talvez não sejam as mais eficazes para atingir os objetivos a que se propõem.

Foi criado um Conselho Consultivo vinculado à Casa Civil, composto pelos ministros das áreas sociais e econômicas e por mais onze membros da sociedade civil. Ele não possui prerrogativas executivas e suas finalidades estão mais voltadas à mobilização da sociedade civil, de entidades governamentais e não-governamentais, à integração entre os níveis federal, estadual e municipal, visando ações conjuntas no ataque aos problemas da fome e da pobreza. Nesse sentido, o Programa Comunidade Solidária não se distingue substancialmente do CONSEA, criado no Governo Itamar Franco por sugestão do Presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que teve em Betinho e em D. Mauro Morelli as referências necessárias para galvanizar as iniciativas da sociedade civil. D. Mauro Morelli, embora lembrado pelo Presidente, em seu discurso de anteontem, por seus dois anos de relevante dedicação como Secretário Executivo do CONSEA, diferentemente de Herbert de Souza, acabou não sendo convidado para participar do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária.

A inovação se deu através de um elenco de programas já existentes no Orçamento da União e que passam a obedecer a outra lógica administrativa. Esses programas continuam a ser priorizados e executados pelos respectivos ministérios setoriais, através de equipes supervisionadas diretamente pelo Ministro e atuando em consonância com a Secretaria de Planejamento da Presidência. No entanto, quem elaborará as prioridades locais, ou seja, quem decidirá se em um município é mais necessária a distribuição de cestas básicas ou o financiamento de microempresas, por exemplo, será o próprio município, através da prefeitura, em parceria com entidades da sociedade civil, Conselho Municipal do Programa, sempre que existente, e Governo do Estado. Em cada Estado, os pleitos serão priorizados pelos conselhos estaduais a serem criados, e encaminhados aos respectivos ministérios para aprovação final e execução.

Será que esse novo desenho administrativo irá conferir maior grau de eficiência a esses programas, em comparação com o ocorrido até o momento, quando o Congresso Nacional define as prioridades em função da força política de cada parlamentar e carimba os recursos dos programas através das emendas à lei orçamentária? E se a resposta for positiva, será possível reduzir substancialmente a miséria através de ganhos marginais de eficiência nos programas já existentes? As respostas a essas perguntas não são imediatas, como pode parecer, e seus resultados dependerão de diversos fatores.

A primeira base de sustentação do Programa é a organização da sociedade civil, o que, por si, é um aspecto positivo para a

democratização do poder e a defesa de interesses comuns. Porém, a dificuldade de organização da população que vive nas regiões mais pobres do País e que, por vezes, tem eleito como representantes do povo os seus próprios algozes, por falta de informação, por ignorância ou por sujeição a uma estrutura social opressora, pode trazer distorções aos objetivos do Programa. Um dos requisitos a serem observados na elaboração da proposta é o endosso real e formal de entidades de representação da sociedade, sendo o grau de comprometimento dessas entidades um dos critérios para estabelecer a prioridade do projeto, medido através do fornecimento de garantias para a contrapartida dos recursos. Portanto, a seguir estritamente esta diretriz, poderá ocorrer que as regiões mais pobres venham a receber menor grau de prioridade, pelas dificuldades que a própria miséria cria.

Para atenuar esse problema, o Conselho prevê uma atuação "pró-ativa" nos municípios com maiores índices de pobreza em cada Estado, identificando, em consonância com o Estado e o Município, as prioridades e as estratégias de intervenção, o que gera dois tipos de problemas: o primeiro é que esta forma de atuação não é impermeável às configurações políticas locais, que, em geral, são refratárias aos objetivos anunciados. Deve-se salientar, também, que essa atuação pontual pode deixar escapar uma característica fundamental do quadro social que se apresenta: sua complexidade, a inter-relação causal e seu caráter endêmico. É notória a incapacidade da máquina administrativa federal de intervir pontualmente na solução desses problemas, a não ser em um número reduzido de regiões. O coronelismo e a opressão poderão superar a capacidade de resposta do Governo. Somente a dinâmica social e o esforço coletivo poderão responder a essas dúvidas.

O documento salienta que a erradicação da miséria somente poderá ser obtida mediante a retomada do crescimento sustentável da economia e a determinação política em definir estratégias de desenvolvimento nacional que induzam a esse crescimento.

Limita-se, portanto, a atuação do programa a ações emergenciais, sem apontar as diretrizes para a intervenção mais ampla do Estado, que permitiriam a reversão do cenário atual, principalmente em seu aspecto regional.

Cito como exemplo de atuação pontual o fato de que, nesta semana, anunciou-se que o Conselho do Programa Comunidade Solidária irá a Teotônio Vilela, cidade de aproximadamente 35 mil habitantes que tem registrado um dos maiores índices de mortalidade infantil. Esse índice diminuiu quando se distribuíram cestas básicas, de agosto a novembro do ano passado, e agravou-se novamente após a suspensão da distribuição de cestas.

Os últimos quarenta anos de política de desenvolvimento regional não proporcionaram tal êxito, agravando, pelo contrário, os índices de concentração de renda no Nordeste, por exemplo. Estou me referindo à concentração de renda dentro do Nordeste. A experiência acumulada permite-nos dizer que será necessário algo além do que a simples melhoria na gerência dessas políticas. Alterações mais profundas de diretrizes poderiam ser ao menos delineadas pelo principal órgão criado pelo Governo para pensar formas de intervenção na área social.

O Conselho atuará como incentivador da iniciativa da sociedade, particularmente da criação de Conselhos estaduais e municipais, e proponente de ações voltadas ao combate à fome e à miséria. O longo caminho que terá que ser percorrido entre a elaboração do projeto pela própria comunidade que tem que ser assistida, a análise de todas as demandas geradas no País pelos Conselhos estaduais, a remessa das prioridades aos respectivos Ministérios de competência, sua tramitação interna nos Ministérios e a liberação de verbas podem oferecer adversidades imprevisíveis.

A rápida tramitação dos pleitos e a necessária coesão e complementaridade dos projetos dependerá da interlocução entre os diversos órgãos envolvidos, inclusive aqueles pertencentes às esferas municipais e estaduais, cuja responsabilidade cabe à Secretaria-Geral do Conselho, que não desfruta de um nível hierárquico superior àqueles. O perfeito entendimento dessa estrutura matricial será imprescindível para se eliminar a possibilidade de duplo comando e conflito de interesses entre as diretrizes do Conselho e as demandas partidárias e regionais dos Ministros.

No tocante aos projetos contemplados, são divididos em cinco áreas de ação: alimentação e nutrição, que conta com recursos de 1,9 bilhões de reais (mais 400 mil toneladas de alimentos doados pela CONAB); serviços urbanos, com 1,9 bilhões de reais, mais 400 milhões de reais de contrapartida de Estados e Municípios; desenvolvimento rural, com 470 milhões de reais; geração de emprego e renda, com 3,9 bilhões de reais; e defesa e direitos, com 247 milhões de reais. Nota-se que a área com maior capacidade de intervir na realidade das regiões mais carentes, de desenvolvimento rural, conta com recursos bem menores que o necessário, adiando a execução das metas do Presidente Fernando Henrique de assentar 40 mil pessoas no primeiro ano de governo. Para essa finalidade, a disponibilidade é de 36 milhões de reais, mas o próprio documento do Conselho aponta a necessidade de alocar 200 milhões de reais.

Então, é preciso que haja um ajuste neste ponto, se o Governo Fernando Henrique quiser realizar a sua meta de assentar 40 mil famílias, que é uma meta modesta no que tange ao programa de reforma agrária.

O restante dos recursos se destina aos programas de industrialização rural, assistência técnica a produtores e familiares, apoio ao associativismo, financiamento de safras, para melhor utilização das microbacias hidrográficas, energização rural, armazenagem e comercialização de alimentos, transporte e comunicações, educação, saúde, saneamento e habitação rural.

Temos, também, alguns projetos que estão listados no documento, mas que escapam da esfera de competência do Conselho. O principal exemplo é o seguro-desemprego, que conta com 2,3 bilhões de reais do FAT e constitui-se direito legalmente instituído do cidadão, que não pode, portanto, ser priorizado pelo Conselho, a não ser no que diz respeito a sua melhor administração pelo Conselho.

O Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, também não se enquadra nas características do Conselho, já que é de iniciativa exclusiva das empresas, que obtêm isenção fiscal para os gastos com a complementação alimentar de seus empregados, através de tickets, refeições ou cestas de alimentos. Esses dois programas somados absorvem 27% dos recursos do Programa Comunidade Solidária. Dois outros programas podem também ser entendidos como de ação mais ampla, que deveriam contar com um atendimento regular e de cobertura nacional, como o Programa de Combate à Desnutrição Materno-Infantil, atendido através do SUS, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Juntos perfazem 12% dos recursos.

Dois outros projetos envolvem a transferência de bens aos indivíduos em situação de carência, como a distribuição de alimentos e de cestas básicas de construção. O Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos pode ser um recurso a ser empregado em casos de calamidades públicas, mas dificilmente pode ser entendido como uma ação constante para resolver um problema endêmico de fome, já que exigiria o transporte permanente de toneladas de alimentos dos armazéns da COBAL até as regiões atendidas. Não é preciso uma análise mais demorada para perceber a ineficácia do sistema. Na área de serviços urbanos, a

doação de cestas básicas de construção civil incorre no mesmo problema. É necessário mudar a perspectiva de atuação da União, o que traria efeitos multiplicadores de alcance mais abrangente.

Ao propor que a sociedade se organize para pleitear acesso a bens e serviços do Governo Federal, obtém-se um avanço, que é a organização da sociedade, mas mantém-se a relação de dependência e de centralização de recursos no nível federal, que tem o poder discricionário de atender a este ou àquele pleito. Sempre haverá o problema da subjetividade, se este poder está sendo bem exercido ou não. No caso da distribuição de alimentos, por exemplo, atende-se à carência por determinado período, e isto não gera efeito multiplicador na região, pois as compras são centralizadas na União. Se os recursos fossem transferidos para que o indivíduo tivesse a liberdade de escolher os bens de que necessita e os adquirisse no próprio local, geraria uma demanda e, conseqüentemente, emprego e renda local, que se consubstanciaria em impostos arrecadados pela própria prefeitura e, portanto, a redução do grau de dependência financeira com relação ao Orçamento da União, permitindo investimentos em creches, saneamento, construção e outros que fazem parte do próprio Programa Comunidade Solidária.

Temos ainda programas de financiamento que utilizam verbas do FGTS, como de incentivo à melhoria das condições de moradia e de investimentos no setor de saneamento básico. Esses programas são caracterizados pelo seu uso político. E o estabelecimento de critérios objetivos podem trazer um ganho substancial na redução da carência desse tipo de serviço. Excluindo-se o estrangulamento de recursos ocorrido no ano passado, sempre se destinou um montante significativo de verbas a esses programas, que se traduziram em desperdício e manipulação.

Se o Executivo adotasse procedimentos mais transparentes de divulgação dos financiamentos realizados, disponibilizando essas informações on line no seu sistema de informações orçamentárias ou divulgando-as através do Diário Oficial, por exemplo, os desvios existentes já teriam sido minimizados. Os programas de apoio à pequena e microempresa também podem ser vistos sob a mesma ótica, já que o crédito público no Brasil sempre foi direcionado principalmente às grandes empresas, inclusive no período em que o atual Presidente foi Ministro da Fazenda, responsável pela política creditícia dos bancos oficiais. Esta alteração de rumo é bem-vinda para aumentar a capacidade do Estado na geração de empregos.

No entanto, as limitações da intervenção pontual do Estado na questão social podem ser observadas no México, que instituiu o Programa Solidariedade há alguns anos, durante o Governo Salinas de Gortari. Ali estão reunidos alguns elementos que guardam similaridades com a situação brasileira, como o grave desequilíbrio regional, a existência de crise econômica durante a década de 80 e um sistema político marcado por um partido que domina o poder há mais de 40 anos, de forma fisiológica e populista.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Fazendo soar a campainha.) – Comunico-lhe que V. Ex.^a dispõe de três minutos para encerrar o seu discurso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – As proximidades das características do programa lá implantado e o recém-instituído no Brasil não se esgota apenas no nome. Também lá, o Programa Solidariedade está baseado na organização da sociedade como premissa para a obtenção de recursos para o investimento em setores básicos, como saneamento, e para o financiamento de atividades produtivas através da formação de cooperativas.

Isso não significa que também aqui haverá a cooptação dos movimentos populares pelo sistema político hegemônico, desvirtuando a necessária independência daqueles em relação à esfera oficial, mas a persistência e o agravamento das condições sociais

no sul daquele país, que resultou no levante de três Estados mexicanos contra a miséria. Isso pode nos dar a dimensão das restrições dessa forma de atuação.

É necessário que se faça uma ampla discussão junto à sociedade que tenha por objetivo uma reestruturação mais profunda dos programas sociais de desenvolvimento regional e setorial hoje existentes. A alternativa que se propõe é a instituição de uma sistemática de renda mínima como um direito básico de cidadania que venha a eliminar qualquer relação de dependência e que preserve a liberdade de escolha.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o restante de meu pronunciamento no que diz respeito às diversas experiências de projetos de garantia de renda mínima ou de imposto de renda negativo no Brasil.

Antes de concluir, gostaria de ressaltar que a Sr.^a Ruth Cardoso, ao assumir a Presidência do Conselho do Programa de Comunidade Solidária, fez críticas às formas clientelistas, e fisiológicas que, muitas vezes, caracterizaram os diversos programas de assistência social no Brasil e deseja que se institua uma nova sistemática.

É importante que a forma de se erradicar a miséria e a fome no Brasil se caracterize pelo direito à cidadania e não pelo favor a esta ou àquela pessoa, pela indicação deste ou daquele político; que não se beneficie um Município de Alagoas, do Acre, do Piauí ou do Rio Grande do Sul, simplesmente por uma circunstância. É necessário que todos os mais de 155 milhões de habitantes do Brasil tenham igual direito à cidadania, onde quer que se situem no território brasileiro. Se seu rendimento salarial não é adequado, que se institua mecanismo capaz de garantir-lhe a renda mínima como um direito à cidadania, que o Senado Federal aprovou oportunamente e que está hoje sendo objeto de análise por parte da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO RETIRADO PARA REVISÃO DO ORADOR:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Quero lembrar aos Srs. Senadores que em nossos avulsos da sessão de hoje se encontra descrito o planejamento de nossas próximas três sessões, na forma regimental, como também se encontram relacionados os projetos em fase de recebimento de emenda perante as comissões e a Mesa do Congresso.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, do Estado do Acre.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^a Senadora Prof.^a Emília, Srs. Senadores, o que vou abordar, ao final do meu discurso, relaciona-se com o pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy, que analisou de forma competente o Programa Comunidade Solidária.

Recebi notícias do meu Estado, segundo as quais o Promotor de Justiça do Município de Sena Madureira, Sr. Éric Cavalcanti, pediu a prisão, por crime contra o meio ambiente, de nove madeireiros sediados naquele município, inclusive o Sr. Osmar Alves, que é o dono da Madeireira Ferreira.

Essa madeireira é famosa por cometer crimes contra o meio ambiente no Pará e há alguns anos vem fazendo o mesmo no Estado do Acre. Esses madeireiros estão sendo acusados – e há provas cabais – de retirarem do Seringal Palmares dez mil metros cúbicos de mogno, sem a devida autorização dos órgãos competentes – no caso, o Ibama e o Imac. Essa madeireira já vem respondendo a processos há mais de um ano; sua madeira foi confiscada pelo IMAC, que se tornou seu fiel depositário, e, em função da morosidade dos processos, poderá vir a se deteriorar.

Faço questão de ressaltar esse caso desta tribuna porque a atividade de rapina dentro da Amazônia, o lucro fácil e a qualquer custo, a exploração da miséria em detrimento dos interesses do País e da região têm sido o modo de vida de todos aqueles maus empresários. Refiro-me aos maus empresários porque não me cabe generalizar, sei que existem homens de bem e que inclusive já estão repensando o desenvolvimento da Amazônia, levando em consideração as experiências que hoje vêm ocorrendo tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Fico feliz porque a Justiça do meu Estado está dando um basta nesse tipo de abuso e quero dizer, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, que esses acontecimentos não ocorrem por acaso. Não é mera vontade do infrator entrar em uma colocação de seringa ou em uma humilde colônia e comprar madeira de excelente qualidade, madeira nobre, como é o caso do mogno, a 15 reais. Segundo apuramos em estudo que fizemos há alguns meses, uma árvore de mogno é vendida a 15 reais e depois transformada em móvel, nos Estados Unidos ou na Europa, que será vendido por 3 mil dólares. O que o Acre ganha com isso? O que a Amazônia ou o Brasil, ganham com isso, a não ser vender ouro a preço de banana e depois comprá-lo, de novo, a preço de ouro?

Temos a clareza de que isso ocorre dadas as circunstâncias de sobrevivência daquelas pessoas, prejudicadas com a falência dos seringais nativos, onde faziam apenas o extrativismo da borracha e da castanha, que hoje se encontram em plena decadência. Na verdade, nunca se procederam a políticas de desenvolvimento, de investimento em tecnologia e alternativas para esses produtos, principalmente a borracha, que, numa determinada época, já representou 40% das exportações brasileiras e hoje está em plena decadência devido à falta de condições para enfrentar a concorrência da Malásia, principalmente.

Para que os senhores tenham uma idéia, um quilo de borracha custa, hoje, 0,60 centavos de reais, e o seringueiro que trabalha muito — mas muito mesmo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, — tem condições de produzir 500 quilos de borracha por ano, o que lhe possibilita ganhar uma renda de 300 reais por ano. É possível viver com 300 reais por ano? Isso faz com que um homem digno, que ama sua floresta e sua colocação, seja obrigado a vender uma tora de mogno por apenas 15 reais, o que talvez não dê, naqueles seringais, para comprar sequer uma lata de leite ou um cartucho para abater uma caça a fim de garantir a sobrevivência da família.

Esses madeireiros, aproveitando-se dessa situação de miséria, entram nesses lugares e fazem um verdadeiro saque. Fico feliz porque a Justiça do meu Estado está pedindo a prisão desses senhores que, de acordo com a Lei nº 4.771/65, poderão ser condenados a até um ano de cadeia. E essa seria uma medida exemplar para que não haja reincidentes.

Este pronunciamento relaciona-se com o que disse o Senador Eduardo Suplicy. O Programa Comunidade Solidária, encaminhado pela Primeira-Dama do País, a Professora Ruth Cardoso, pode dar uma grande contribuição, desde que consiga compatibilizar duas questões que para mim são fundamentais: a primeira delas seria a adoção de medidas emergenciais, inclusive com os critérios mencionados pelo Líder do meu Partido, Senador Eduardo Suplicy.

A fome e a miséria não podem esperar por medidas estruturais. A criança desnutrida precisa imediatamente do leite e da alimentação. Nesse sentido, são fundamentais as medidas que possam combater esse mal, que é a causa principal da morte de milhares de crianças no meu País. Aquele faminto que está mendigando na rua precisa de algum tipo de auxílio, mas sabemos que isso não é o suficiente, que são apenas paliativos, como dar um remédio para a febre ao invés de atacarmos a infecção.

O programa, ao prever a questão de geração de emprego e de renda, tem que adentrar, de forma bastante intensa, nesse aspecto, porque é só a partir daí que poderá haver uma mudança gradativa em relação a essa situação de miséria.

No meu Estado, se não forem tomadas as medidas propostas pelo Senador Eduardo Suplicy com o Projeto Renda Mínima, em que seringueiros possam ter o mínimo para sobreviver enquanto o Governo investe em pesquisa e apresenta outras alternativas de sobrevivência, as pessoas que hoje estão em plena condição de miséria não terão como se reproduzir.

É doloroso saber que meninas de 12, 13 e 14 anos têm que correr para o mato porque não estão vestidas adequadamente, muitas estão apenas enroladas em um pedaço de pano.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, talvez eu esteja regionalizando o discurso, mas faço-o numa tentativa de trazer a matéria a debate nacional, a partir do que se está propondo hoje, a nível de política social por parte do Presidente da República. É fundamental que, ao tentarmos combater a miséria, levemos em conta as experiências que já estão sendo vivenciadas pela população. Se não levamos em conta aquilo que está sendo feito pelo cotidiano dos que estão passando fome, qualquer tentativa de combate à miséria e à pobreza seria fadada ao fracasso. Posso citar alguns exemplos: os seringueiros de Xapuri começaram com apenas 36 pessoas, uma pequena cooperativa, e hoje contam com mais de 260 seringueiros associados. O Município em questão oferece 220 empregos é o maior arrecadador de ICM. Enfim, tratou-se de uma pequena experiência de boa vontade, sem o apoio do governo e de seringueiros.

Cito também a experiência gestada nas Vilas Extrema e Califórnia, na fronteira entre Rondônia e Acre, em que colonos, abandonados à própria sorte, assentados em uma área de terra sem as mínimas condições de assistência técnica ou financeira, com o apoio, quero registrar, do Bispo Dom Moacyr Grecchi — uma pessoa preocupada com os problemas da região amazônica —, estão dando um verdadeiro show de como se pode combater a fome e a miséria através da experiência do Projeto RECA. Um consórcio de várias culturas perenes, como é o caso do açaí, da pupunha, do cacau, dentro da própria floresta, sem causar devastação, mas aumentando significativamente a qualidade de vida daquelas pessoas que hoje têm uma renda familiar que lhes possibilita viver em condições dignas.

Cito também a experiência da prefeitura de Rio Branco, na qual o Prefeito Jorge Viana está fazendo um assentamento de seringueiros que vieram para a periferia, que hoje estão arrependidas e que gostariam de voltar para o trabalho no campo, desapropriando áreas próximas da cidade, dando apoio técnico e o mínimo de assistência de saúde e educação àquelas famílias. Hoje, temos pessoas vivendo com dignidade, sem que fiquem apenas empurrando um carrinho de picolé ou de pipoca, ou até mesmo mendigando.

São experiências que vamos aprendendo com a própria sociedade e, a partir delas, podemos ter, com certeza, um programa de combate à miséria.

O Sr. Eduardo Suplicy — V. Ex^a me um aparte?

A SRA. MARINA SILVA — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senadora Marina Silva, quando estávamos presenciando a posse da Sr^a Professora Ruth Cardoso no Programa Comunidade Solidária, ambos estávamos refletindo sobre o ambiente do Palácio do Planalto, o ambiente de Brasília, tão diferente do cotidiano das comunidades mencionadas por V. Ex^a. Tive a oportunidade, no ano passado, juntamente com o Lula, com V. Ex^a e com o Prefeito Jorge Viana, de visitar as comunidades de Xapuri e Califórnia — Projeto RECA —, além do Município de Rio Branco e outras regiões do Acre. Considero extremamente

importante que cada membro do Congresso Nacional esteja sempre preocupado em trazer a debate matérias como esta para o ambiente de Brasília, por vezes tão distante e diferente das comunidades aqui descritas, a fim de que o Senado Federal possa ouvir a relevância das experiências vivenciadas. O nosso trabalho no Senado ou no Congresso Nacional só poderá ter o diagnóstico adequado de como superar os problemas da sociedade brasileira se fizermos constantemente este vaivém de conhecimento no próprio local onde estão os problemas. Creio ser muito importante que os trabalhadores da borracha tenham condições de viver com dignidade e direito à cidadania para superarem os problemas de baixíssima remuneração; de um lado, em função do que ocorre com o preço da borracha e, de outro, em função das estruturas produtivas que fazem com que haja uma exploração brutal dos seres humanos que trabalham nesse segmento de atividade. De fato, se tivéssemos hoje, por exemplo, nas regiões dos seringais ou no Município de Teotônio Vilela, ou no Piauí, ou na periferia de São Paulo, ou nas favelas do Rio de Janeiro, a existência de um Programa de Garantia de Renda Mínima, cada pessoa teria direito à cidadania e não dependeria de favor clientelístico deste ou daquele político. Isso seria um direito que conferiria à pessoa um complemento de remuneração, senão uma renda básica, para que a mesma pudesse, inclusive no caso de um seringueiro, não se submeter exatamente a condições por vezes próximas da escravidão para exercer a sua atividade produtiva, porque teria sempre uma alternativa. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Eduardo Suplicy, lembro que a oradora dispõe de cinco minutos, e V. Ex^a tem, na forma regimental, apenas dois minutos. Muito obrigado pela sua colaboração.

A SRA. MARINA SILVA – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy pelo aparte.

Concluo, reiterando minha disposição de lutar pela questão dos direitos da pessoa, pela cidadania, para que possamos diminuir no nosso País a chaga da miséria, que está à porta de milhares de famílias, se é que existem portas, pois muitos moram nas ruas.

Estive presente na solenidade mediante a qual a Professora Ruth Cardoso foi nomeada, pelo Presidente da República, responsável pela coordenação desse Programa, em relação ao qual manifesto a esperança que existe por parte de nós, mulheres, que normalmente somos responsáveis por providenciar o andamento e bom funcionamento das coisas. Somos nós que nos lembramos de pequenas detalhes, por exemplo, de chamar atenção de nossos maridos ou filhos para telefonarem para a mãe e vovó pela data do aniversário. Enfim, repito, somos nós que providenciamos para que tudo aconteça e funcione muito bem.

Espero que a sensibilidade da Primeira Dama possa ajudar para que tudo ande bem, para que os programas que já estão em funcionamento, como o Programa do Leite, que está salvando vidas em vários municípios, possa ter continuidade – a fome não pode esperar e não pode ser remanejada para um outro município que conta com simpatias políticas –, para que tudo ocorra da forma devida, e não da forma que muitas vezes tentamos direcionar.

Qualquer atitude no sentido de combater a fome deve ser um esforço de Governo e de sociedade; do Governo, que deve dar o melhor de si, uma vez que tem capacidade para fazê-lo; da sociedade, que pode apresentar alternativas e críticas. A partir dessas críticas é que podemos acertar.

No caso de uma campanha de trabalho e solidariedade para combater a fome e a miséria, acredito que cabe muito bem a bela frase do escritor Léo Buscaglia, que dizia: "Somos todos anjos com uma só asa e só conseguimos voar quando estamos abraçados".

Gostaria que o Brasil desse um abraço no desejo de combater a fome e a miséria, elaborando medidas estruturais, como é o caso de uma reforma agrária; gostaria que o Brasil desse um abraço no desejo de combater a miséria, tomando atitudes que possam resolver o problema imediato mas, acima de tudo, solucionar a situação definitivamente, como, por exemplo, promovendo a justa distribuição de renda neste País, onde meia dúzia concentra tanta riqueza e o resto concentra tanta miséria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência recebeu Mensagem nº 65, de 1995, nº 222/95, na origem de 23 do corrente, pela qual o Presidente da República informa que se ausentará do País no período de 28 de fevereiro a 1º de março do corrente ano, para assistir às cerimônias de posse do Presidente da República Oriental do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti, e para realizar visita oficial à República do Chile.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 65, DE 1995

(Nº 222/95, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que, com base na faculdade que me confere o art. 83 da Constituição, ausentar-me-ei do País no período de 28 de fevereiro a 1º de março de 1995, para assistir às cerimônias de posse do Presidente da República Oriental do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti, e para realizar visita oficial à República do Chile.

2. A natureza de nossas relações com o Uruguai, país com o qual partilhamos extensa faixa de fronteira e ao qual estamos ligados por laços históricos que remontam ao período colonial e por importante parceira na construção do Mercosul, demanda do Governo brasileiro demonstrações de apreço que reflitam a importância e a prioridade daquelas relações. Minha presença nas cerimônias que marcarão a posse do Presidente Júlio Maria Sanguinetti retribuirá, ademais, o comparecimento do Presidente Luís Alberto Lacalle às solenidades de minha posse, em 1º de janeiro do corrente.

3. A República do Chile constitui, igualmente, país com o qual o Brasil mantém tradicionais relações de amizade e de cooperação desenvolvidas sobre uma sólida base de contatos políticos, econômicos e comerciais. O Brasil mantém, ademais, importante posição como terceiro principal parceiro comercial do Chile, após os Estados Unidos da América e o Japão. Estarei visitando o Chile, em caráter oficial, a convite do Presidente Eduardo Frei, em reciprocidade à visita oficial realizada ao Brasil pelo então Presidente Patricio Aylwin, em julho de 1991.

Brasília, 23 de fevereiro de 1995. – Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Por invocação do disposto no inciso I do art. 172 da Lei Interna, requerimentos foram encaminhados à Mesa visando à inclusão em Ordem do Dia de projetos, uma vez esgotados os prazos de sua tramitação nas Comissões.

Dispõe o § 3º do art. 118 do Regimento Interno que o prazo das Comissões para exame das matérias se renova pelo início da nova legislatura ou por designação de novo Relator.

A Presidência, em obediência àquelas disposições regimentais, irá devolver à Comissão competente os projetos em referência, assegurando novo prazo para emitir seu parecer, considerando prejudicados, nos termos da alínea a do art. 334 do Regimento Interno os requerimentos mencionados:

– Requerimento nº 929, de 1992, do Senador Almir Gabriel, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Substitutivo à Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 72, de

1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.

- Requerimento nº 1.172, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1985, de autoria dos Senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre a padronização, classificação, inspeção e registro de bebidas dietéticas e dá outras providências.

- Requerimento nº 1.220, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 137, de 1992, de autoria do Senador Almir Gabriel, que fixa normas de formação de recursos humanos na área de saúde, regulamentando o inciso III do art. 200 da Constituição Federal.

- Requerimento nº 1.243, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1993 (nº 3.305/89, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 531 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- Requerimento nº 1.244, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1993 (nº 1.708/87, na Casa de origem), que de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 3º e parágrafo único do art. 6º, da Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985.

- Requerimento nº 1.246, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1992 (nº 4.386/89, na Casa de origem), que inclui o Município de São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, na área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira.

- Requerimento nº 1.247, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1993 (nº 1.531/89, na Casa de origem), que assegura o acesso ao exame pré-natal e vincula o auxílio-natalidade à sua realização, nas condições que especifica.

- Requerimento nº 1.248, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1993 (nº 3.111/89, na Casa de origem), que acrescenta parágrafos 2º e 3º ao art. 612 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- Requerimento nº 1.249, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1993 (nº 3.404/89, na Casa de origem), que introduz alterações no Decreto-lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre proteção e estímulo à pesca.

- Requerimento nº 1.250, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1993 (nº 3.468/89, na Casa de origem), que altera a redação do caput do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que o empregador deverá conceder férias ao empregado nos seis meses subsequentes à data de aquisição do direito às mesmas.

- Requerimento nº 1.251, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1993 (nº 1.502/89, na Casa de origem), que dá nova redação a dispositivo do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- Requerimento nº 1.252, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1993 (nº 444/91, na Casa de

origem), que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas.

- Requerimento nº 1.253, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1993 (nº 963/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento das Provas de Rodeios e da Profissão de Peão de Rodeios.

- Requerimento nº 1.256, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1993 (nº 1.665/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a realização de exames em recém-nascidos para o diagnóstico da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito.

- Requerimento nº 1.257, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1993 (nº 3.112/89, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- Requerimento nº 1.258, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1993 (nº 5.813/90, na Casa de origem) que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado, na condição que especifica.

- Requerimento nº 1.259, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1992 (nº 144/91, na Casa de origem), que dá nova redação aos §§ 2º e 5º do artigo 164 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- Requerimento nº 1.260, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1993 (nº 163/91, na Casa de origem), acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.

- Requerimento nº 1.261, de 1993 do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1991 (nº 4.827/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos, e dá outras providências.

- Requerimento nº 1.262, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1992 (nº 4.286/89 na Casa de origem), que destina o produto da alienação de imóveis da Previdência Social à construção, reforma ou instalação de centros ou postos de saúde.

- Requerimento nº 1.263, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1992 (nº 5.878/90, na Casa de origem), que dispõe sobre concessão de décimo-terceiro salário ao segurado em gozo de abono de permanência em serviço, e determina outras providências.

- Requerimento nº 1.264, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1992 (nº 6.012/90, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 830 da Consolidação das Leis do Trabalho.

- Requerimento nº 1.266, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1993 (nº 1.497/91, na Casa de origem), que institui, em todo o território nacional, a notificação compulsória para os casos de intoxicação humana por produ-

tos e substâncias químicas ou agentes biológicos, que tenham recebido atendimento hospitalar ou ambulatorial e dá outras providências.

– Requerimento nº 1.267, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1993 (nº 1.116/91, na Casa de origem), que modifica a redação do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.

– Requerimento nº 1.268, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1992 (nº 95/91, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança na admissão de empregado.

– Requerimento nº 1.269, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1992 (nº 36/91, na Casa de origem), que acrescenta dispositivos ao art. 841 da Consolidação das Leis do Trabalho.

– Requerimento nº 1.271, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1993 (nº 2.375/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a exigência de Certificado de Regularidade Social – CRS, nos casos que especifica.

– Requerimento nº 1.273, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1992 (nº 2.802/92, na Casa de origem), que altera os parágrafos 1º e 2º e acrescenta os parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º ao art. 389 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

– Requerimento nº 1.274, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1993 (nº 666/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo que o período de férias seja dobrado em dois, com espaço de seis meses entre um e outro.

– Requerimento nº 1.275, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1993 (nº 2.415/91, na Casa de origem) que dispõe sobre a obrigatoriedade de prontuário médico para recém-nascidos.

– Requerimento nº 1.277, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1992 (nº 996/91, na Casa de origem) que reajusta a pensão graciosa concedida pela Lei nº 3.618, de 26 de agosto de 1959, a Elza Borges Tavares.

– Requerimento nº 1.278, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1992 (nº 1.723/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a aplicação e divulgação de índices de desempenho de serviços de saúde.

– Requerimento nº 1.279, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1992 (nº 552/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação de tratores e máquinas agrícolas com estrutura de proteção contra capotagem e outras equipamentos de segurança, e dá outras providências.

– Requerimento nº 1.283, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1993 (nº 924/88, na Casa de origem), que revoga o artigo 318 da Consolidação das Leis do Trabalho.

– Requerimento nº 1.281, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1993 (nº 2.151/91, na Casa de origem), que institui o direito do educando ao atendimento psicológico-educacional.

– Requerimento nº 1.284, de 1993, do Senador Beni Veras, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1993 (nº 1.036/91, na Casa de origem), que altera o art. 7º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que institui normas reguladoras do trabalho rural.

– Requerimento nº 130, de 1995, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1992 (nº 1.289/91, na Casa de origem), que amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – o senhor presidente da república editou a **Medida Provisória nº 905**, de 21 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre a instituição de crédito fiscal, mediante ressarcimento do valor de contribuições sociais (pis/pasep e cofins) nos casos que especifica, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Suplentes	Titulares
	PMDB
.Coutinho Jorge	Ramez
Tebet.Fernando Bezerra	Onofre Quinan
	PFL
Odacir Soares	Guilherme Palmeira
Francelino Pereira	Jonas Pinheiro
	PSDB
Sérgio Machado	Geraldo Melo
	PP
Bernardo Cabral	José Roberto Arruda
	PPR
Levy Dias	Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	BLOCO (PFL-PTB)
Mussa Demes	João Ribeiro
José Jorge	Jaime Martins
	PMDB
Luis Roberto Ponte	Germano Rigotto
	PSDB
Nelson Otoch	João Leão
	PPR
Anivaldo Vale	Enivaldo Ribeiro
	BLOCO (PL-PSC)
Eujácio Simões	Francisco Horta
	BLOCO (PSB-PMN)
Beto Lélis	Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 24/02/95 _ designação da Comissão Mista;

Dia 24/02/95 _ instalação da Comissão Mista;

Até 27/02/95 _ prazo para recebimento de emendas.

Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 08/03/95 _ prazo final da Comissão Mista;

Até 23/03/95 _ prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) _ o Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 906**, de 21 de fevereiro de 1995, que "autoriza o Poder Executivo a contratar com a Itaipu Binacional pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, denominados "Brazil Investment Bond _ BIB", em valor correspondente a até us\$ 92.800.000,00 (noventa e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América)".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Suplentes		titulares
	PMDB	
Roberto Requião		Mauro Miranda
José Fogaça		Cunha Lima
	PFL	
Guilherme Palmeira		Romero Jucá
Edison Lobão		Waldeck Ornelas
	PSDB	
Sérgio Machado		Geraldo Melo
	PDT	
Júnia Marise		sebastião Rocha
	PT	
José Eduardo Dutra		Benedita da Silva

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	BLOCO (PFL-PTB)	
Luciano Pizzatto		Werner Wanderer
Antônio Feijão		Nelson Maquezelli
	PMDB	
Hermes Parcianello		Homero Oguido
	PSDB	
Flávio Ams		Tuga Angerami
	PPR	
Mário Cavallazi		Augusto Nardes
	PC do B	
Aldo Rebelo		Haroldo Lima
	PPS	

Sérgio Arouca

De acordo com a Resolução Nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 24/02/95 _ designação da Comissão Mista;

Dia 24/02/95 _ instalação da Comissão Mista;

Até 27/02/95 _ prazo para recebimento de emendas.

Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 08/03/95 _ prazo final da Comissão Mista;

Até 23/03/95 _ prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) _ o Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 907**, de 21 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o programa de integração social _ pis devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Suplentes		Titulares
	PMDB	
Carlos Bezerra		Gerson Camata
Casildo Maldaner		Flaviano Melo
	PFL	
José Agripino		Júlio Campos
José Bianco		Francelino Pereira
	ESDB	
Sérgio Machado		Geraldo Melo
	PL	
Romeu Tuma		
	PTB	
Luiz Alberto de Oliveira		Emília Fernandes

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	BLOCO (PFL-PTB)	
Pedro Corrêa		Arolde de Oliveira
Jair Siqueira		Antônio Ueno
	PMDB	
Luis Roberto Ponte		Pedro Novaes
	PSDB	
Carlos Mosconi		Feu Rosa
	PPR	
Basílio Villani		Eraldo Trindade
	PV	
Fernando Gabeira		
	PRP	

Adhemar de Barros

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-cn, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 24/02/95 _ designação da Comissão Mista;

Dia 24/02/95 _ instalação da Comissão Mista;

Até 27/02/95 _ prazo para recebimento de emendas.

Prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 08/03/95 _ prazo final da Comissão Mista;

Até 23/03/95 _ prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) _ O Senhor Presidente da República editou a **Medida Provisória nº 908**, de 21 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera disposições das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Iris Resende	Gilvan Borges
Pedro Simon	Mauro Miranda
	PFL
Carlos Patrocínio	Freitas Neto
Romero Jucá	Jonas Pinheiro
	PSDB
Sérgio Machado	Geraldo Melo
	PSB
Ademir Andrade	
	PPS
Roberto Freire	

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
José Múcio Monteiro	Luiz Moreira
Paulo Bornhausen	Mauro Lopes
	PMDB
Alberto Goldman	Zaire Rezende
	PSDB
Antônio Kandir	Adroaldo Streck
	PPR
Arnaldo Faria de Sá	Alzira Ewerton
	PT
Paulo Paim	Jair Meneguelli
	PP
Odelmo Leão	Carlos Camurça

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

dia 24/02/95 – designação da comissão mista

dia 24/02/95 – instalação da comissão mista

até 27/02/95 – prazo para recebimento de emendas. prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

até 08/03/95 – prazo final da comissão mista

até 23/03/95 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – o Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 909, de 21 de fevereiro de 1995, que "dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, e 8.541, de 23 de dezembro de 1992, que alteram a legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Roberto Requião	Nabor Junior
Coutinho Jorge	Carlos Bezerra
	PFL
Hugo Napoleão	João Rocha
Waldeck Ornelas	José Bianco
	PSDB
Sérgio Machado	Geraldo Melo
	PP
Bernardo Cabral	José Roberto Arruda
	PPR
Esperidião Amin	Levy Dias

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Mussa Demes	Aroldo de Oliveira
Félix Mendonça	Hugo Lagranha
	PMDB
Luís Roberto Ponte	Josias Gonzaga
	PSDB
Márcio Fortes	Ubiratan Aguiar
	PPR
Simão Sessim	Fausto Martello
	PDT
Max Rosenmann	Eurípedes Miranda
	Bloco (PFL-PSC)
Francisco Horta	Roland Lavigne

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

dia 24/02/95 – designação da comissão mista

dia 24/02/95 – instalação da comissão mista

até 27/02/95 – prazo para recebimento de emendas. prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

até 08/03/95 – prazo final da comissão mista

até 23/03/95 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 910, de 21 de fevereiro de 1995, que "altera o artigo 60 da lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária anual de 1994".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Humberto Lucena	Onofre Quinan
Ramez Tebet	Gilberto Miranda
	PFL
Jonas Pinheiro	Carlos Patrocínio
Alexandre Costa	Edison Lobão
	PSDB
Sérgio Machado	Geraldo Melo

	PDT	
Júnia Marise	Sebastião Rocha	
	PT	
Eduardo Suplicy	Marina Silva	
DEPUTADOS		
Titulares	Suplentes	
	Bloco (PFL-PTB)	
Oswaldo Coelho	Efraim Moraes	
Álvaro Gaudêncio Neto	Cláudio Cajado	
	PMDB	
João Almeida	João Thomé Mestrinho	
	PSDB	
Yêda Crusius	Arnaldo Madeira	
	PPR	
Augusto Nardes	Luciano Castro	
	Bloco (PSB-PMN)	
Ricardo Heráclio	José Chaves	
	PC do B	
Aldo Rebelo	Haroldo Lima	
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		
dia 24/02/95 – designação da comissão mista		
dia 24/02/95 – instalação da comissão mista		
até 27/02/95 – prazo para recebimento de emendas. prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.		
até 08/03/95 – prazo final da comissão mista		
até 23/03/95 – prazo no Congresso Nacional.		
O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 911, de 21 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o plano real, o sistema monetário nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real, e dá outras providências".		
De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-cn, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:		

	SENADORES	
Titulares	Suplentes	
	PMDB	
Pedro Simon	José Fogaça	
Gerson Camata	Fernando Bezerra	
	PFL	
Odacir Soares	Júlio Campos	
Freitas Neto	Jonas Pinheiro	
	PSDB	
5.Sérgio Machado	Geraldo Melo	
	PL	
Romeu Tuma		
	PTB	
Valmir Campelo	Marluce Pinto	
DEPUTADOS		
Titulares	Suplentes	
	Bloco (PFL-PTB)	
Ney Lopes	Vilmar Rocha	
Júlio César	José Mendonça Bezerra	

	PMDB	
Luis Roberto Ponte	3.Pedro Novais	
	PSDB	
Saulo Queiroz	Arthur Virgílio Neto	
	PPR	
Nelson Marchezan	Jarbas Lima	
	PPS	
	PV	
Fernando Gabeira		
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		
dia 24/02/95 – designação da comissão mista		
dia 24/02/95 – instalação da comissão mista		
até 27/02/95 – prazo para recebimento de emendas. prazo para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.		
até 08/03/95 – prazo final da comissão mista		
até 23/03/95 – prazo no Congresso Nacional		
O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.		

É lido o seguinte:
OF. LPMDB Nº 48/95 Brasília, 23 de fevereiro de 1995.

Senhor Presidente,
Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, indicar os Vice-Líderes da Bancada do PMDB no Senado, na ordem que se segue:

1. Senador Ronaldo Cunha Lima
2. Senador Nabor Júnior
3. Senador Gerson Camata
4. Senador Carlos Bezerra
5. Senador Ney Suassuna
6. Senador Gilvan Borges
7. Senador Fernando Bezerra
8. Senador Gilberto Miranda

Aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de elevada estima e consideração. – Senador **Jader Barbalho**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 225, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como licença minha ausência dos trabalhos do Senado Federal, no dia 24 do corrente mês e nos dias 1º, 2 e 3 de março próximo, quando estarei no Estado que represento, tratando de assuntos partidários.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1995. – Senador **Vilson Kleinubing**.

REQUERIMENTO Nº 226, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como licença minha ausência dos trabalhos do Senado Federal, no dia 24 do corrente mês e nos dias 1º, 2, 3 e 6 de março próximo, quando estarei no Estado que represento, tratando de assuntos partidários.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1995. – Senador **Espírião Amin**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos vão à publicação, ficando sua votação adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

Em 24 de fevereiro de 1995

Senhores Senadores

Tenho a honra de comunicar que, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, ausentar-me-ei do País nos dias 22 e 23 do corrente mês, a fim de assistir às cerimônias de posse do Presidente da República Oriental do Uruguai, Júlio Maria Sanguinetti, sem ônus para o Senado, integrando a comitiva do Exmº Sr. Presidente da República.

Atenciosas saudações, – Senador José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Romeu Tuma.

É lida a seguinte:

Brasília, 23 de fevereiro de 1995

Senhor Presidente,

Em nome do Partido Progressista Reformador – PPR, venho-me deste para indicar o meu próprio nome e do nobre Senador Epitácio Cafeteira, como Titular e Suplente, respectivamente, em substituição aos Senadores anteriormente indicados para integrar a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 901, de 16-2-95, que "altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências".

Na oportunidade, renovo os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente, – Senador Leomar Quintanilha, Líder do PPR.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Será feita a substituição solicitada.

Informo ao Plenário que na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 13 a 18, de 1995.

Os Projetos de Resolução nºs 14, 16 e 17 não receberam emendas e serão despachados às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

Os Projetos de Resolução nºs 13, 15 e 18 receberam uma, três e quatro emendas, respectivamente.

As matérias serão despachadas às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora para exame dos projetos e das emendas.

São as seguintes as emendas recebidas:

Emenda (de plenário), oferecida ao projeto de Resolução nº 13, de 1995, que fixa critérios para utilização do Centro Gráfico do Senado Federal.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 3º do PRS nº 13, de 1995:

"Art. 3º

Parágrafo único. A realização dos trabalhos a que se refere este artigo será precedida da assinatura de Convênio pelo Primeiro-Secretário e sua publicação no Diário Oficial da União."

Justificação

Esta emenda estabelece formalidade a ser cumprida na execução dos serviços gráficos para outros órgãos ou entidades discriminadas no *caput* do artigo 3º, a fim de que se dê publicidade aos atos.

Estabelece, outrossim, competência ao Primeiro Secretário para a assinatura dos convênios, haja vista ser o Presidente do Conselho de Administração daquele órgão.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1995. – Senador Sérgio Machado.

(*As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora*)

Emendas (de plenário), oferecidas ao projeto de Resolução nº 15, de 1995, que fixa critérios para elaboração da pauta de discussão e votação das matérias pelo Senado Federal.

EMENDA Nº 1

Modifique-se o teor do art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 15, de 1995, de modo a sanear vícios redacionais e a alterar o texto do inciso I do *caput* do art. 154 do Regimento Interno desta Casa:

"Art. 1º Dé-se nova redação ao art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, alterando-se o inciso I do *caput*, acrescentando-se parágrafos e, por conseguinte, transformando-se o atual parágrafo único em § 5º, nos seguintes termos:

"Art. 154.

I – ordinárias, as realizadas nas três primeiras semanas de cada mês, de segunda a quinta-feira, às 14 horas e 30 minutos, e às sextas-feiras, às 9 horas;

§ 1º A Presidência convocará, mensalmente, sessão para deliberar sobre as matérias que deverão integrar a Ordem do Dia do mês subsequente.

§ 2º Para os fins previstos no parágrafo anterior, a Presidência submeterá ao Plenário proposta de calendário fixando os dias e horários de discussão e votação das matérias a serem incluídas na Ordem do Dia.

§ 3º A pauta da Ordem do Dia votada pelo Plenário para o mês subsequente será, imediatamente, publicada no *Diário do Congresso Nacional* e divulgada pela Voz do Brasil, por pelo menos três dias consecutivos.

§ 4º A Ordem do Dia estabelecida na forma deste artigo somente poderá ser alterada por deliberação do Plenário.

§ 5º A sessão ordinária não se realizará:

a) por falta de número;

b) por deliberação do Plenário;

c) quando seu período de duração coincidir, embora parcialmente, com o de sessão conjunta do Congresso Nacional;

d) por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência".

2. Em decorrência da modificação proposta no item 1, acrescente-se um novo art. 3º ao PRS nº 15, de 1995, renumerando-se os atuais arts. 3º e 4º

"Art. 3º Revogue-se o art. 168 do Regimento Interno do Senado Federal".

Justificação

A presente emenda objetiva transformar em deliberatórias as sessões ordinárias das segundas e sextas-feiras, mediante a inclusão, nesses dias, de matérias em Ordem do Dia. Com sua aprovação o número de sessões passa de doze para quinze.

Com os trabalhos legislativos realizando-se durante todos os dias úteis, poder-se-á destinar uma semana por mês para que o Congressista realize outras atividades parlamentares, tais como visitas às bases eleitorais, palestras ou audiências.

Por outro lado, essa medida poderá representar uma redução de custos para o Congresso, uma vez que – conforme estamos propondo em um Projeto de Resolução – as quotas com passagens aéreas deverão ser reduzidas em face da inexistência de trabalho de Plenário em Brasília na última semana de cada mês.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1995. – Senador Vilson Kleinubing.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se o seguinte art. 3º ao PRS nº 15, de 1995, renumerando-se os demais:

Art. 3º O art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 336....."

a)

b) quando se pretenda a apreciação da matéria na sexta sessão ordinária subsequente à aprovação do requerimento.

c)"

Justificação

Esta emenda estabelece um prazo razoável entre a aprovação do Requerimento de Urgência e a inclusão do Projeto na Ordem do Dia, haja vista que a formulação antecipada da Pauta deve ser preservada, mantendo-se um prazo razoável para análise do projeto pelos Senhores Senadores.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1995. – Senador Sérgio Machado.

EMENDA Nº 3

Altere-se a redação do § 1º do art. 154, constante do art. 1º do PRS 15/95, passando o seu texto para:

"Art. 154"

§ 1º A Presidência, após discussão com as Lideranças, entre os dias 15 e 20 de cada mês, convocará sessão para deliberar sobre as matérias que deverão integrar a Ordem do Dia do mês subsequente, devendo o que for deliberado constar da Ordem do dia sob o Título Pauta do Mês Seguinte".

Justificação

O Projeto de Resolução do Senador Pedro Simon não especifica a antecedência mínima da sessão que deliberará sobre a pauta do Plenário para o mês subsequente.

A emenda proposta procura definir que a pauta do mês subsequente passa a ser definida mensalmente, entre os dias 15 e 20, e sua divulgação antecipada pela Ordem do Dia do Senado, a fim de que os Senadores possam se preparar para as sessões de discussão e votação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1995. – Senador Sérgio Machado.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

Emendas (de plenário), oferecidas ao Projeto de Resolução nº 18, de 1995, que altera o Regimento Interno do Senado Federal e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

No art. 1º do projeto, onde se lê:

"Art. 77."

a) Comissão de Assuntos Econômicos, 19

b) Comissão de Assuntos Sociais, 17

c) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 19

d) Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, 17

e) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 15

f) Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 15

g) Comissão de Desenvolvimento Regional e Urbano e de Meio Ambiente, 15

h) Comissão de Fiscalização e Controle, 18."

Leia-se:

"Art. 77."

a) Comissão de Assuntos Econômicos, 27

b) Comissão de Assuntos Sociais, 28

c) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23

d) Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, 27

e) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 19

f) Comissão de Serviços de Infra-estrutura, 23

g) Comissão de Fiscalização e Controle, 17."

Suprima-se o art. 2º do projeto

Justificação

A emenda proposta visa manter a atual representatividade dos partidos políticos, uma vez que uma eventual redução da composição das comissões permanentes irá alijar um número maior de agremiações políticas dos trabalhos legislativos, contrariando os princípios contidos na Resolução nº 6, de 1992.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1995. – Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, Líder do PT.

EMENDA Nº 2

Altere-se a redação dada ao item 36, do art. 48, constante do PRS nº 18/95, passando o seu texto para:

"36. Planejar, em conjunto com os Líderes e os Presidentes das Comissões Permanentes, entre os dias 15 e 20 do mês, a pauta das proposições que deverão constar da Ordem do Dia das Sessões do mês subsequente, devendo o que for deliberado constar da publicação da Ordem do Dia sob o Título Pauta Aprovada para o mês subsequente."

Justificação

O Projeto de Resolução do nobre Senador Coutinho Jorge estipula que seja elaborada uma pauta mensal ou semanal, mas não determina com clareza com que antecedência isto deve ser feito.

A emenda proposta estabelece que a pauta do mês subsequente passe a ser definida mensalmente, entre os dias 15 e 20, e sua divulgação antecipada pela Ordem do Dia do Senado, a fim de que os Senadores possam se preparar para as sessões de discussão e votação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1995. – Senador Sérgio Machado.

EMENDA Nº 3

Altere-se a redação dada ao § 1º do art. 107, constante do PRS nº 18/95, passando o seu texto para:

"Art. 107.

a)

b)

§ 1º As reuniões das Comissões Temporárias e as audiências públicas realizar-se-ão nos dias úteis em qualquer horário, excetuando-se os da segunda semana e o disposto no art. 154, item I e ressalvada a hipótese da reunião de Comissões Mistas destinadas a apreciar Medidas Provisórias, que deverão se enquadrar no cronograma fixado para a sua apreciação."

Justificação

O Projeto de Resolução do nobre Senador Coutinho Jorge estabelece datas de reunião das Comissões. Necessário se faz ressaltar as reuniões das Comissões Mistas destinadas a apreciar Medidas Provisórias, visto que estas obedecem a um cronograma preestabelecido.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1995. – Senador Sérgio Machado.

EMENDA Nº 4

Altere-se a redação dada ao § 2º do art. 108, constante do PRS nº 18/95, passando o seu texto a ser:

"Art. 108.

§ 1º

§ 2º A pauta dos trabalhos das Comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída com antecedência mínima de 5 dias úteis, aos Titulares e Suplentes da respectiva Comissão, mediante protocolo."

Justificação

Esta emenda visa dilatar o prazo de conhecimento prévio da pauta de reunião das Comissões, a fim de que os seus membros, a exemplo do que se propõe com relação ao Plenário no Projeto, possam analisar todas as matérias que serão objeto de deliberação.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1995. – Senador Sérgio Machado.

EMENDA Nº 5

Acrescente-se o seguinte § 3º do art. 108, com a redação proposta pelo PRS nº 18/95:

"Art. 108.

§ 1º

§ 2º

§ 3º A urgência a que se refere o parágrafo anterior será configurada pela assinatura e, no mínimo, a

maioria absoluta dos membros titulares da respectiva Comissão e obrigará a distribuição de Pauta Extra com a antecedência mínima de 2 dias úteis da reunião."

Justificação

Esta emenda visa estabelecer objetivamente a forma pela qual será caracterizada a urgência prevista no § 2º do art. 108.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1995. – Senador Sérgio Machado.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra para um pedido de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PP-AM. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia 22, na qualidade de Líder do Partido Progressista, encaminhei a V. Exª – provavelmente deve ter ido pelo protocolo administrativo, pois creio que não chegou às mãos dessa Presidência – os nomes dos eminentes colegas Senadores para comporem as Medidas Provisórias nºs 893, 897 e 901. Para a MP nº 893: Titular – Senador Osmar Dias, e suplente – Senador João França; MP nº 897: Titular – Senador João França, e suplente – Senador José Roberto Arruda; MP nº 901: Titular – Senador José Roberto Arruda, e suplente – Senador Osmar Dias.

Eu pediria a V. Exª que determinasse a retificação, porque está figurando o meu nome como integrante.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª será atendido. Apenas por um equívoco, o documento enviado por V. Exª à Mesa Diretora deu entrada no Protocolo Administrativo, quando na realidade o canal competente seria o Protocolo Legislativo. Mas a Mesa teve conhecimento do assunto e V. Exª será atendido.

Não há mais oradores inscritos.

Vou apurar a frequência. (Pausa.)

Presentes na Casa 22 Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária das 14h30min, da próxima quinta-feira, dia 2 de março, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 216, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 216, de 1993 (nº 3.569/93, na Casa de origem), que dispõe sobre o trabalho, o estudo e a reintegração social do condenado e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 231, de 1994, da Comissão – de Assuntos Sociais, favorável, com emenda nº 1-CAS, que apresenta.

– 2 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1994 (nº 151/91, na Casa de origem), que altera o art. 629 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo Parecer favorável sob nº 288, de 1994, da Comissão – de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h35min.)

MESA

Presidente

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPR - MS

4º Secretário

Ernandes Amorim - PDT - RO

Suplentes de Secretário

Antonio Carlos Valadares - PP - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Élcio Alvares

Vice-Líderes

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Jader Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvan Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Júnia Marise

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PP

Líder

Bernardo Cabral

Vice-Líder

João França

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Valmir Campelo

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PL

Líder

Vice-Líderes

LIDERANÇA DO PPS

Líder

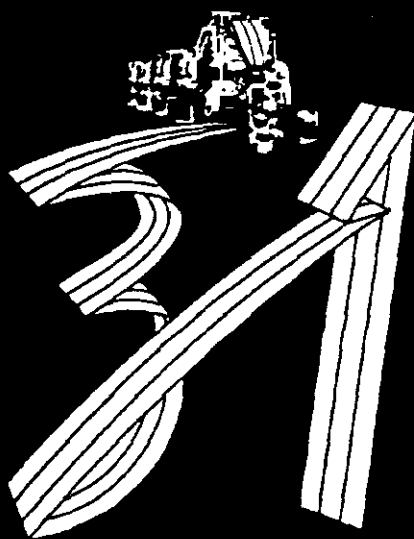
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Ademir Andrade

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 76 PÁGINAS

400 - REGIÃO SUL

R\$ 1,00

RECURSOS DESTINADOS A IRRIGAÇÃO - DEMONSTRATIVO POR PROJETO/ATIVIDADE

LDO, Art. 4, parágrafo 1, inciso X)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	E S F	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
04 054 0077 1234 PRONI - IRRIGAÇÃO NACIONAL		4 190 137			300 000	3 890 137			
CONTRIBUIR PARA A ELEVAÇÃO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS SAFRAS AGRÍCOLAS, BEM COMO PARA O AUMENTO DA OFERTA INTERNA DE ALIMENTOS BÁSICOS ATRÁVES DO INCENTIVO A IRRIGAÇÃO PRIVADA EM ÁREAS TRADICIONALMENTE PRODUTORAS DE GRÃOS E HORTIFRUTÍFEROS									
04 054 0077 1234 0001 IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE ELÉTRICO	F	3 080 000				3 080 000			
04 054 0077 1234 0002 OBRAS HIDRAULICAS	F	770 137				770 137			
04 054 0077 1234 0003 APOIO TÉCNICO-OPERACIONAL	F	300 000			300 000				
TOTAL FISCAL		4 190 137			300 000	3 890 137			

500 - REGIÃO CENTRO-OESTE

R\$ 1,00

RECURSOS DESTINADOS A IRRIGAÇÃO - DEMONSTRATIVO POR PROJETO/ATIVIDADE

LDO, Art. 4, parágrafo 1, inciso X)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

ESPECIFICAÇÃO	E S F	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZONIA LEGAL		4 910 000				4 910 000			
AGRICULTURA		4 910 000				4 910 000			
RECURSOS HÍDRICOS		4 910 000				4 910 000			
IRRIGAÇÃO		4 910 000				4 910 000			
04 054 0077 1234 PRONI - IRRIGAÇÃO NACIONAL		4 910 000				4 910 000			
CONTRIBUIR PARA A ELEVAÇÃO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DAS SAFRAS AGRÍCOLAS, BEM COMO PARA O AUMENTO DA OFERTA INTERNA DE ALIMENTOS BÁSICOS ATRÁVES DO INCENTIVO A IRRIGAÇÃO PRIVADA EM ÁREAS TRADICIONALMENTE PRODUTORAS DE GRÃOS E HORTIFRUTÍFEROS									
04 054 0077 1234 0001 IMPLANTAÇÃO DE SUPORTE ELÉTRICO	F	4 910 000				4 910 000			
TOTAL FISCAL		4 910 000				4 910 000			